Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica

O Papel Social da Mulher Kaingang da Terra Indígena Guarita

Cleci Claudino

Florianópolis/SC

2015

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica

O Papel Social da Mulher Kaingang da Terra Indígena Guarita

Cleci Claudino

Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, produzido pela acadêmica Cleci Claudino, orientada pela Professora Doutora Maria Dorothea Post Darella.

Terminalidade: Humanidades.

Ênfase: Direitos Indígenas

Florianópolis/SC

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL
INDÍGENA DO SUL DA MATA ATLÂNTICA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, às 08:00 horas, na Sala 310 do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela professora , Orientadora Maria Dorothea Post Darella e Presidente, Professora Ana Lúcia Vulfe Notzold , Titular da Banca, e Professor Clovis Antonio Brighenti, Suplente, designados pela Portaria nº. 09/HST/2015 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Cleci Claudino, subordinado ao título:" **O papel social da mulher Kaingang da Terra Indígena Guarita"**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi argüido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuidas notas, tendo o candidato recebido da Professora Ana Lúcia Vulfe Notzold, a nota final 10,0, do Professor Clovis Antonio Brighenti , a nota final 10,0, e da Professor Maria Dorothea Post Darella, a nota final 10,0; sendo aprovado com a nota final 10,0 O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia 01 de março de 2015. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis,28 de janeiro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. .....

Prof. .....

Prof. .....

Candidato Cleci Claudino

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmico(a) Cleci Claudino, matricula n.°11100034, entregou a versão final de seu TCC cujo título é O papel social da mulher kaingang da Terra Indígena Guarita , com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 12 de março de 2015.

Orientador(a)

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e saúde e em tudo que tem me ajudado e dado força para vencer. Agradeço em especial a minha família, minha mãe Izondina Claudino pelo ensinamento e educação que me deu, para que eu chegasse até aqui. Minha filha Tauani Kielen Kapri Claudino Mello que mesmo pequena me compreendia e me incentivava nestes anos de estudo. À amiga Clarice Mello que durante estes quatro anos que estudei, cuidou de minha filha já mencionada acima. Aos meus colegas do curso, pelas trocas de experiências, pela companhia. Aos meus professores na UFSC pelos ensinamentos e pelo partilhar dos saberes. A minha orientadora Maria Dorothea pelo cuidado, orientação e amizade. A todas as mulheres da T.I. Guarita que de uma forma ou de outra me ajudaram com informações para que este trabalho fosse realizado. Quero também agradecer meus colegas de trabalho da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro, que me incentivaram e atenderam meus alunos durante os períodos de estudos na UFSC.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema central o Papel Social da Mulher Kaingang da T.I. Guarita, situada no Noroeste do RS. Para a pesquisa foram escolhidas dezessete mulheres de diferentes idades em consideração às suas trajetórias de vida e à sua valorização dos conhecimentos tradicionais. São mulheres inseridas em diferentes convívios e trabalhos que vivem nas comunidades de Três Soitas e Km 10 (município de Tenente Portela), Pau Escrito e São João do Irapuã (município de Redentora). O TCC traz descrições dos domínios do trabalho do contexto feminino nos quais exercem seus papéis. O tema desta pesquisa, portanto, se refere ao papel social da mulher Kaingang da T.I. Guarita, analisando os vários tipos de atividades relacionadas ao conhecimento cultural, buscando comparações e informações de como era a vivência das mulheres no passado e como é atualmente. O trabalho analisa mudanças de práticas e por que elas ocorreram, identificando aspectos das responsabilidades e o papel da mulher na educação de seus filhos, revitalizando os saberes e valorizando a importância da natureza para os rituais em que elas têm participação. As conquistas destas mulheres Kaingang no espaço político são demonstradas em diferentes trabalhos que exercem na sociedade, dentro e fora das aldeias. O presente estudo aborda o ciclo de vida e também a importância das mulheres nas decisões políticas.

Palavras chave: Mulheres Kaingang; papel social e cultural; conhecimentos tradicionais femininos.

TU VẼME SĨ

Kãme tag vỹ t ỹ gé ün tátá, kar ün kófa fag tỹ nén ü kinhra kar han fã tu ke vẽ ẽg jamã tỹ T.I. Guarita ki ke vẽ, ẽg vỹ kófa fag jykre pẽ kirir ke vỹ. ketü mỹr ẽg tỹ kãjatun mü.mỹr ẽg tỹ ẽg krẽ ag kajrãn kej mü gé. Ãg tỹ kar ẽn mĩ tĩg kỹ ẽg vẽjykre kinhra nĩ mü, ag tỹ vỹnh jagky vĩ jẽ. Ün tỹ pẽnkar régre fag jãkrunh sóg, jamã tẽgtü ki, rãnhrãj tag han jé. Sa fag jãkrunh vỹ tỹ fag nén ü kinhra tu ke vẽ ẽg kurtura ki, kar fag ne han tĩ vỹsỹ kar uri kigé. fag haren kỹ tỹ han tĩ fag tỹ fag gĩr kajrãn jé. Kar fag tỹ nén ü kar tu kinhra pẽ ãn ki nén han fã mré hã ke gé. Kãme tag vỹ tỹ fag rãnhrãnh tu ke pinpin vẽ, ẽg jamã ki kar fóg jamã ty ke vẽ gé. Kar kãme tag vỹ fag mur kar ter tu ke kar vẽ gé.Vẽnh jykre tag vỹ tỹ fag vẽme nĩ gé fag tỹ nén û kórég hẽn rike han mü nĩ. kar Kãme tag vỹ fag vĩ ki hã han nĩ Ge.

VẽNH VĨ KI KE Pẽ: Kanhgág fag, pepé tỹ vẽjykre ẽg ẽmã ki, fag jykre pẽ.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **8**
INTRODUÇÃO **10**
CAPÍTULO 1 – DESCRIÇÃO DA TERRA INDÍGENA GUARITA **12**
1.1 A Terra Indígena Guarita 12
1.2 Comunidades e escolas 15
1.3 Organização política 17
CAPÍTULO 2 – O PAPEL SOCIAL DA MULHER KAINGANG **20**
2.1. Principais atividades econômicas femininas 20
2.2 As metades Kaingang e sua importância no casamento 21
2.3 Sistemas de nominação e a família 26
2.4 Ciclos de vida e a mulher nos rituais e nas curas 27
2.4.1 Cuidados antes, durante e depois da gestação 27
2.4.2 Parteiras 30
2.4.3 Viuvez e rituais da viúva 36
2.4.4 A participação da mulher no ritual da Festa do Mastro 38
CAPÍTULO 3 - O PAPEL SOCIAL DA MULHER INDÍGENA E SUAS MUDANÇAS **40**
3.1 Espaços sociais e políticos da mulher indígena 40
3.2 Espaços sociais e políticos da mulher Kaingang 41
3.3 Lideranças políticas e religiosas 45
3.4 Opressão e violência feminina 47
3.5 A importância da identidade cultural por meio do uso da língua materna 48
CONCLUSÃO **51**
BIBLIOGRAFIA **52**
ANEXOS **54**

Lista de Figuras

Figura 1 - Imagem de satélite da T.I. Guarita 13
Figura 2 - Mapa da T.I. Guarita 14
Figura 3 - Localização de aldeias, escolas e cemitérios 16
Figura 4 - Lideranças da T.I. Guarita no Salão da comunidade São João do Irapã..... 17
Figura 5 - Sede da T.I. Guarita..... 19
Figura 6 - Mulheres Kaingang na confecção de artesanatos e roupas..... 21
Figura 7 - Izondina Claudino Rá Téj- avó que fala sobre o casamento no passado..... 23
Figura 8 - Gráfico genealógico das metades Kanhru e Kamẽ..... 24
Figura 9 - Marcas Kainhru e Kamẽ no artesanato..... 24
Figura 10 - Trabalhos de mulheres..... 26
Figura 11 - Solange, Maria, Iracema, Marina (da direita para a esquerda) - mulheres que falam sobre o parto..... 32
Figura 12 - Capa de livro Gufã ag Kajró (Saberes dos Mais Velhos)..... 33
Figura 13 - Conceição Ferreira e netas..... 34
Figura 14 - Eva Crespo..... 36
Figura 15 - Sueli Jacinto..... 37
Figura 16 - Festa do Mastro 39
Figura 17 - Sara Karigká Cristiane Sales 43
Figura 18 - Vitalina dos Santos..... 45
Figura 19 - Izondina Claudino com sua neta Tauani Kielen Kapri Claudino Mello..... 50

APRESENTAÇÃO

Sou professora desde o ano 2000 na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro, localizada na comunidade Km 10, sede da Terra Indígena Guarita, no estado do Rio Grande do Sul. Moro na Aldeia de São João do Irapuá e me comunico fluentemente na língua kaingang. Para que eu chegasse à Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica me inscrevi em 2010 para fazer o vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina, no município de Xanxerê. Iniciei minha caminhada na academia neste curso em fevereiro de 2011.

Escolhi a Terminalidade Humanidades/Ênfase em Direitos Indígenas, pois percebo que na T.I. Guarita há necessidade de se trabalhar e ajudar a sociedade a entender seus direitos e deveres como povo indígena. Durante estes quatros anos de academia minha vida mudou de forma muito importante, trazendo conhecimentos valiosos para a vida e também me dando subsídio em meu trabalho como professora.

Ao me defrontar com outra realidade à qual não estava acostumada, tive que me entrosar em prol de meu objetivo. Apesar das dificuldades enfrentadas em estudar longe de minha família – tive que deixar minha filha ainda pequena e me adaptar a hábitos diferentes de meu costume e cotidiano – tenho absoluta certeza de que valeu a pena meu esforço para a minha vida profissional e particular.

Descrevo aqui um pouco da história da escola onde trabalho. Em julho de 2000 foi encaminhada a documentação para a regulamentação das escolas indígenas da T.I. Guarita. Então no dia 11 de outubro de 2001 toda a comunidade escolar e lideranças indígenas reuniram-se com a finalidade de decidir o nome da escola. Foi sugerida a mudança de nome para um mais significativo para a comunidade. Decidiu-se pelo nome de Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro, pois foi o primeiro morador e fundador da comunidade. Esse senhor teria chegado na terra indígena no ano de 1927, abrindo caminho no meio da mata e iniciando o plantio de milho. Também reunia pessoas nas casas, fazia culto de sua religião nas ramadas (casa feita de madeira roliça, capim e folhas de taquaras). Mais tarde construiu uma igreja onde reunia os moradores.

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro possui hoje 260 alunos, onze professores indígenas e seis professores não índios, e uma secretária.

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está inserido na Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Apresenta uma reflexão que reúne os conhecimentos adquiridos durante o curso, pela bibliografia, pela pesquisa com mulheres de diferentes idades, pelas práticas, pelas vivências da realidade sociocultural.

O tema desta pesquisa se refere ao papel social da mulher Kaingang da T.I. Guarita, analisando os vários tipos de atividades relacionadas ao conhecimento cultural, buscando comparações e informações de como era a vivência das mulheres no passado e como é atualmente. Pretende-se abordar quais foram as mudanças e por que elas ocorreram, identificando aspectos das responsabilidades e o papel da mulher na educação de seus filhos, revitalizando os saberes e valorizando a importância da natureza para os rituais em que as mesmas tem participação.

Este trabalho aborda a organização social feminina na sociedade Kaingang da T.I. Guarita, seus valores de hoje e no passado, suas contribuições e importância na economia familiar, pois as mulheres fazem artesanato e trabalham fora do espaço doméstico. Outra questão a ser abordada é colher informações quanto ao seu pensamento sobre o espaço social e político ocupado na sociedade. A pesquisa busca informações sobre o seu trabalho social, sua participação nas decisões familiares e comunitárias, na manutenção da cultura, das tradições e da língua materna atualmente.

Essas questões serão tratadas levando em conta a importância dos casamentos e ensinamentos de parentesco Kamẽ e Kanhru, que tem como identidade cultural a organização social do povo Kaingang, o qual é dividido por esses dois grupos. Este aspecto define o ciclo de vida desde o nascimento até o fim da vida, com os rituais em que a mulher é responsável e participante das cerimônias.

O TCC tem três capítulos. O primeiro aborda a descrição do campo de pesquisa, a T.I. Guarita, e sua organização política. O segundo e mais longo capítulo trata das atividades socioculturais de mulheres Kaingang da T.I. Guarita, ou seja, trata do exercício das funções pelas quais são responsáveis e nas quais são fundamentais. O terceiro capítulo traz questões sobre o trabalho de mulheres indígenas, em geral, e mulheres Kaingang, em específico, no espaço político na sociedade.

Esta pesquisa apresenta algumas práticas tradicionais femininas do povo Kaingang que serão identificadas e registradas como um processo de transmissão de saberes tradicionais, envolvendo a espiritualidade e a cosmovisão. Como essas práticas se manifestam, quais gestos são feitos, quem as transmite são algumas das questões colocadas. Muitas pessoas dizem que não existem mais estas práticas tradicionais ensinadas por elas, mas hoje esses conhecimentos ainda estão presentes e são exercidos no cotidiano familiar. Esta pesquisa realizou entrevistas com sábias que conhecem e praticam esses saberes.

As mulheres que fazem parte desta pesquisa vivem nas comunidades Km 10 (sede) e Três Soitas, no município de Tenente Portela, e São João do Irapuã e Pau Escrito, no município de Redentora. São mulheres de diferentes idades e trabalhos que foram procuradas em diversos períodos de estudos durante os quatro anos de estudos na UFSC e em situações variadas, com as quais ocorreram conversas ou entrevistas individuais, rodas de conversa com participação de familiares, se assim quisessem, acontecendo a utilização do gravador ou não. Seus nomes e idades são reais. A todas agradeço pelos ensinamentos.

1. Brasília Freitas - 65 anos
2. Conceição Ferreira - 87 anos (falecida 2013)
3. Eva Crespo - 95 anos (falecida)
4. Iracema Bento - 62 anos
5. Iraci Carvalho da Luz - 55 anos
6. Izondina Claudino - 95 anos
7. Maria Rẽgso Mineiro- 62 anos
8. Marina Mineiro - 48 anos
9. Sara Karigká Cristiane Sales - 31 anos
10. Solange Emílio - 29 anos
11. Sueli Jacinto Claudino Rá Téj - 54 anos
12. Tere Claudino - 38 anos
13. Vicentina Sales - 104 anos (falecida 2014)
14. Vitalina dos Santos - 53 anos

CAPÍTULO 1 – DESCRIÇÃO DA TERRA INDÍGENA GUARITA

1.1 A Terra Indígena Guarita

A T.I. Guarita se localiza no Noroeste do Rio Grande do Sul e abrange os municípios de Tenente Portela, Redentora e Erval Seco. Possui atualmente uma área de 23.406 hectares.

O início do processo demarcatório vem de 1918 e em cumprimento ao disposto pela Constituição Federal de 1988, a área foi homologada pelo Presidente da República em 1991.

Segundo o relato do senhor Antonio Bento[1], hoje com 85 anos de idade e morador da Aldeia São João do Irapuá, nos tempos passados antes da demarcação territorial da T.I. Guarita, o território dos Kaingang era muito grande e essa Terra Indígena vinha desde o Rio Turvo, passando pelo rio Itapiranga e seguindo até Palmeira das Missões. Naquela época havia muitas araucárias, os moradores tinham cuidados para andar na mata, porque havia fóg (não índios) nas redondezas de suas terras. O senhor Antonio ainda nos conta que esses fóg neste período eram os paraguaios. Eles usavam roupas e chapéus, andavam montados em burros e traziam poucas moedas e roupas em troca das terras. Os Kaingang não conheciam o que era dinheiro, mas o líder Cacique Fongue disse ao povo que os fóg queriam as terras e então aconteceu o confronto entre os Kaingang e os paraguaios. Os fóg não desistiram e em pouco tempo estavam usando grande parte do território dos índios, tirando a fonte de seu sustento.

Na área vivem dois grupos indígenas: os Kaingang e os Guarani, totalizando cerca de 7.000 habitantes, a grande maioria Kaingang. A principal língua falada é a língua kaingang, além das línguas português-brasileiro e o guarani.

A economia da comunidade está centrada na venda de artesanato, na produção agrícola de subsistência, sendo cultivados como produtos principais: milho, feijão, mandioca, batata doce, abóbora, moranga, trigo e soja para o sustento das famílias. Estas produções ocorrem em regime de agricultura familiar, com algumas experiências de lavouras de milho e soja para o mercado, e também algumas famílias tem como fonte de renda a comercialização de artesanatos.

---

[1] Esse relato de Antonio Bento ocorreu em 19/11/2011 na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Antonio Kasimĩg, localizada em São João do Irapuá (T.I. Guarita).

O nome Guarita foi escolhido devido ao Rio Guarita, que faz limite com as terras dos não índios, onde nossos antepassados faziam a guarda. Guarita é um termo da língua portuguesa que significa "guarda", "vigia". De acordo com a página da Wikipédia[2], o nome foi aplicado a uma Terra Indígena do povo Kaingang por um episódio histórico relacionado à Guerra da Tríplice Aliança (também chamada Guerra do Paraguai), ocorrida no século XIX, da qual participaram muitos Kaingang como ajuda ao exército brasileiro.

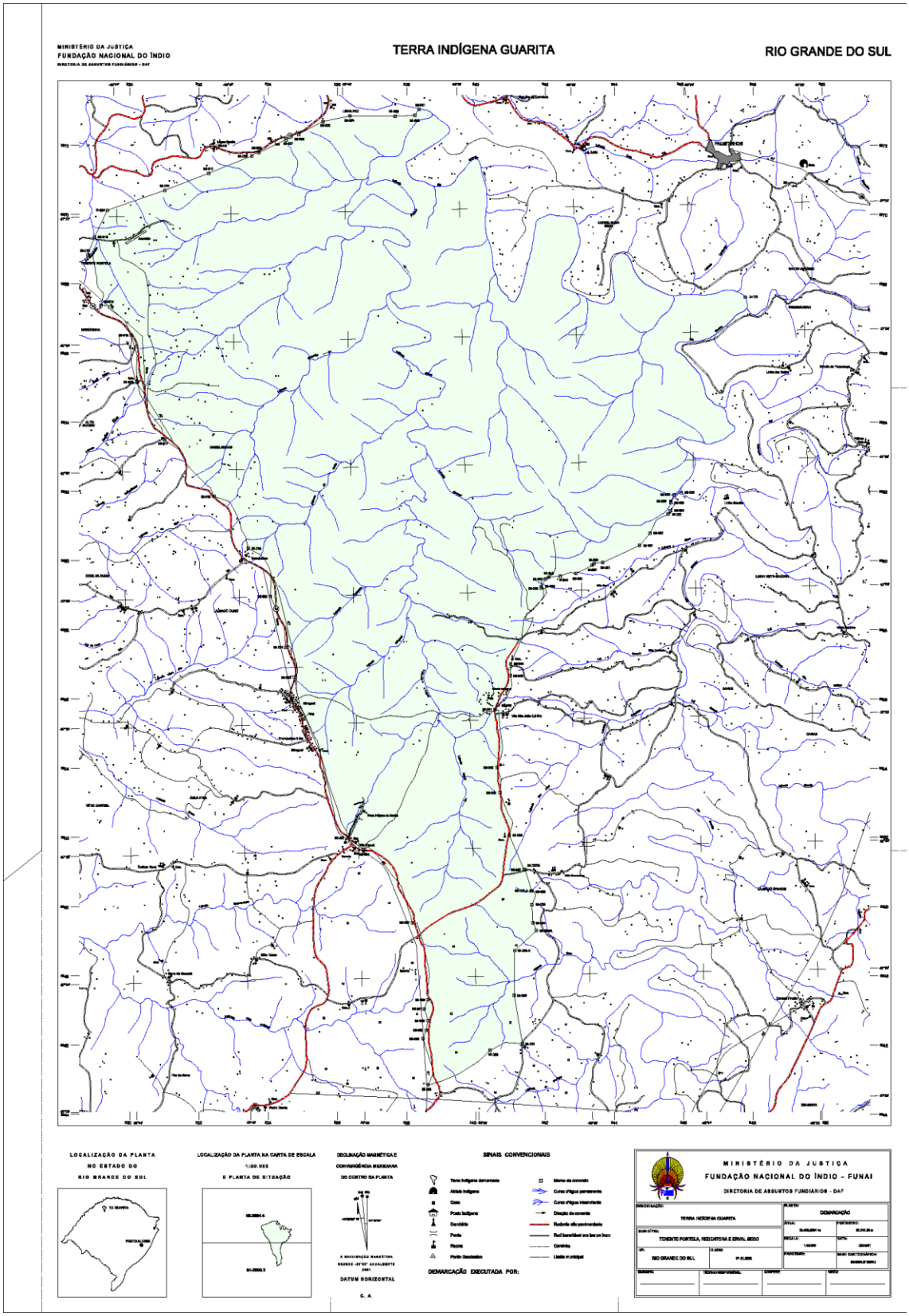
Abaixo temos as figuras 1 e 2, a imagem de satélite (Google Earth) e o mapa da Funai, de 1991, respectivamente, o que possibilita melhor visualização e entendimento da configuração da T.I. Guarita.

Figura 1 - Imagem de satélite da T.I. Guarita

Fonte: Google Earth e Funai.
Esta imagem foi cedida pela Funai em 2012 e repassada em DVD para cada aluno da turma Kaingang do curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica.

[2] Este texto é um excerto do artigo Guarita (terra indígena) da enciclopédia livre Wikipédia (pt.wikipedia.org, Versão: 05.11.2013).

Figura 2 - Mapa da T.I. Guarita



Fonte: Funai.

1.2 Comunidades e escolas

A T.I. Guarita possui dezessete comunidades e doze escolas. Algumas aldeias da T.I. Guarita estão localizadas a aproximadamente cem metros da BR 330, rodovia que faz divisa com famílias de não índios que são, em sua maioria, descendentes de alemães.

Vejamos, abaixo, as denominações das aldeias e das escolas:

Lista das Aldeias da T.I. Guarita

1 – Pedra Lisa	10 – Linha São Paulo
2 – A B C	11 – Mato Queimado
3 – Três Soita	12 – Estiva
4 – Linha Esperança	13 – Laranjeira
5 – Km10 Sede	14 – Missão
6 – Pau Escrito	15 – Taquarusu
7 – Linha Mó	16 – Capoeira dos Amaro
8 – Bananeira	17 – Gengibre
9 – São João do Irapuá	

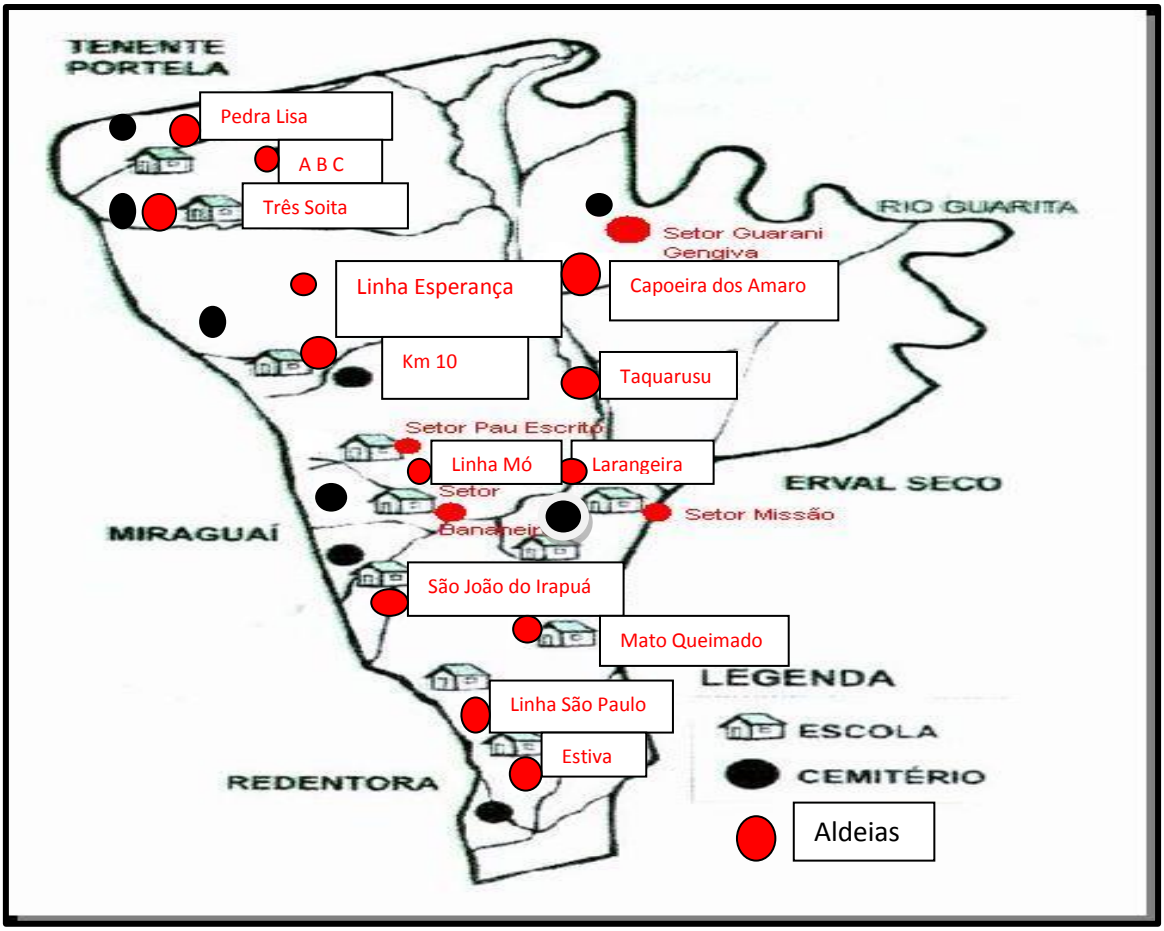
Lista de Nomes e Localização das Escolas da T.I. Guarita

Escola	**Aldeia**	**Município**
01 - E.E.I.E.F. Bento Pi Góg	Pedra Lisa	Tenente Portela
02 - E.E.I.E.F. Mukẽj	Setor ABC/Três S	Tenente Portela
03 - E.E.I.E.F. Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro	Km 10 Sede	Tenente Portela
04 - E.E.I.E.F. Cacique Anastácio Fongue	Pau Escrito	Redentora
05 - E.E.I.E.F. Rosalino Claudino	Bananeira	Redentora
06 - E.E.I.E.F. Antonio Kasĩn Mĩg	Irapuá	Redentora
07 - E.E.I.E.F. Geraldino Mineiro	Mato Queimado	Redentora
08 - E.E.I.E.F. Toldo Campinas	Estiva	Redentora
09 - E.E.I.E.F. Katiu Gria	Katiu Gria	Redentora
10 - E.E.I.E.F. Herculano Joaquim	Laranjeiras	Redentora
11 - E.E.I.E.F. Davi Rygjo Fernandes	Missão	Redentora
12 - E.E.I.E.F. Sepé Tiaraju	Gengibre	Erval Seco

A Figura 3 mostra a localização de importantes pontos de referência na T.I. Guarita, como aldeias, escolas e cemitérios.

É necessário esclarecer que na T.I. Guarita existem aldeias que não possuem escolas e cemitérios devido terem sido criadas há pouco tempo. Quando acontecem falecimentos, os enterros são feitos nos cemitérios das aldeias mais próximas. Da mesma forma, nas aldeias onde não existe escola os alunos frequentam a daquela mais próxima.

Figura 3 - Localização de aldeias, escolas e cemitérios



Fonte: Portal Kaingang (www.portalkaingang.org) e complementação/formatação de Cleci Claudino.

1.3 Organização política

A organização política interna na T.I. Guarita assim acontece: existe só um cacique e cada uma das dezesseis aldeias Kaingang tem um capitão, que organiza a sua comunidade para ajudar e levar questões ao cacique. Além do cacique e dos capitães, há as demais lideranças de acordo com a ordem de autoridade, como pode ser visto abaixo. A cada liderança cabe uma função. Desde 2004 o cacique da T.I Guarita é o senhor Valdonês Joaquim, hoje com 29 anos de idade. Tanto o cacique quanto os capitães e outras lideranças Kaingang compõem a Figura 4.

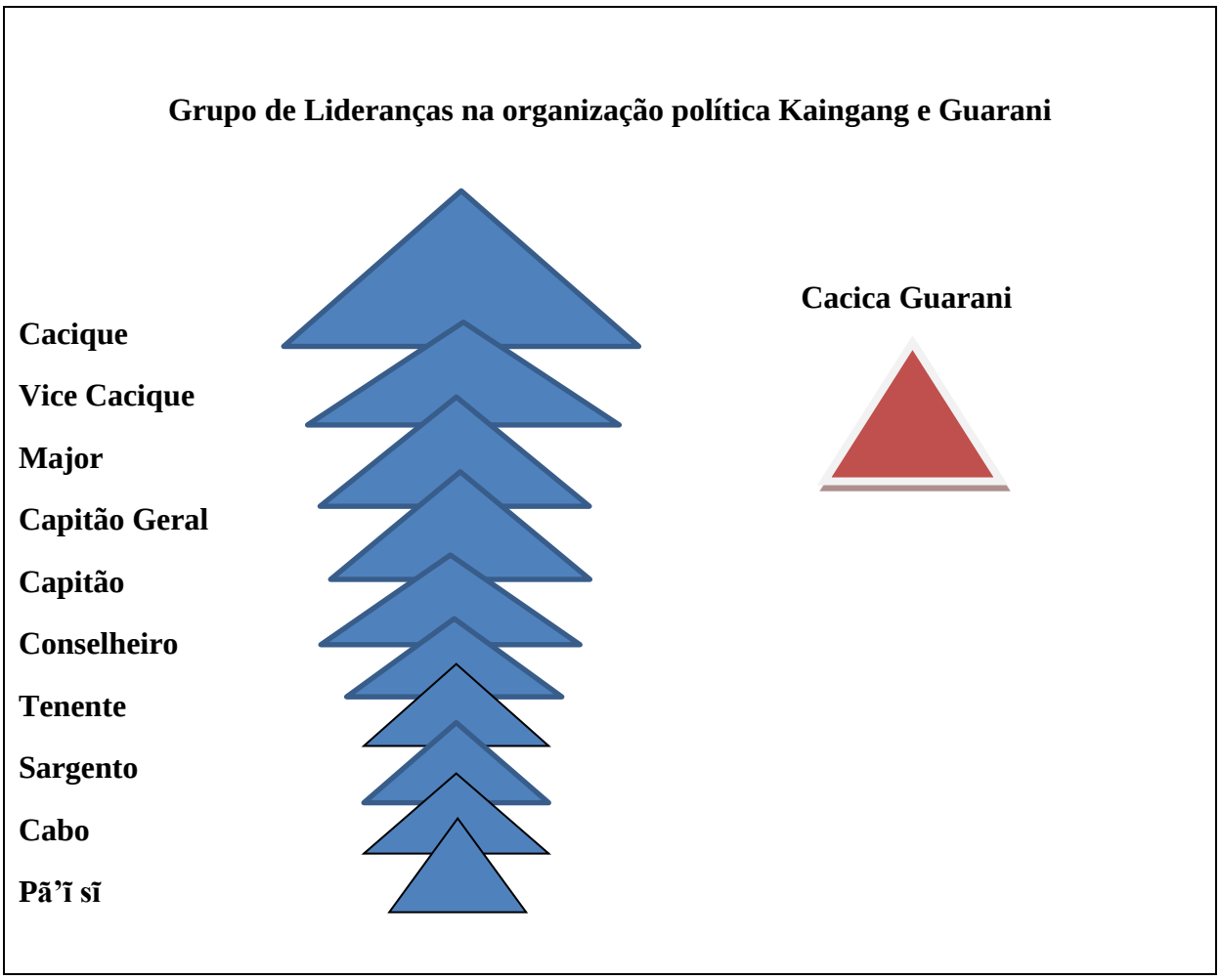
Ressalto aqui o motivo do não aparecimento de lideranças femininas na figura: não existe nenhuma mulher na Liderança e isso é cultural do povo Kaingang. As mulheres estão inseridas em outros papéis e funções, sendo que as mesmas ajudam seus maridos nas decisões, opinando em casa. Assim, seus maridos muitas vezes levam suas ideias já formadas para a reunião do grande grupo da Liderança, que acontece junto com o cacique. As mulheres não fazem parte da Liderança, pois elas já são líderes familiares por tradição.

Figura 4 - Lideranças da T.I. Guarita no Salão da comunidade São João do Irapã

Fotografia: Debora Esprendor (2012).

A organização na aldeia dos Guarani é diferente e separada, pois eles tem outras lideranças. A comunidade de Gengibre hoje é comandada por uma mulher, a cacica senhora Teresa Fernandes.

Vamos ver logo abaixo um esquema que mostra o conjunto das lideranças Kaingang, do cacique ao Pã'ĩ sĩ, e a cacica Guarani.



Fonte: Cleci Claudino (2015).

Em relação às lideranças mencionadas, Pã'ĩ sĩ são os ajudantes dos capitães na questão de avisar a comunidade, nas casas, para reuniões ou em todos os assuntos de interesse a serem tratados.

Para finalizar o Capítulo I - Descrição da Terra Indígena Guarita, adiciono a figura abaixo, Sede da mesma, com o objetivo de oferecer uma panorâmica parcial da área.

Figura 5 - Sede da T.I. Guarita

Fotografia: Maurício Sales (2014).

CAPÍTULO 2 – O PAPEL SOCIAL DA MULHER KAINGANG

2.1. Principais atividades econômicas femininas

A economia Kaingang tradicional baseava-se na caça, pesca, coleta e roças. Atualmente, os elementos básicos da economia são a agricultura e o artesanato, empregos e outros itens, mas as atividades da caça, da pesca e da coleta ainda são praticadas por alguns.

Ao longo do tempo as mulheres Kaingang buscam conquistar seu espaço e poder sobre si mesmas e na relação entre as pessoas. Definem-se através de seus comportamentos, atitudes, trabalhos e interesses na sociedade pública.

Muitas vezes são as mulheres que buscam a sustento e a sobrevivência da família por meio de roças familiares, da confecção e venda de artesanato em cidades e feiras, da prestação de serviços temporários em casas de famílias, junto a produtores rurais e empresas diversas, como em frigoríficos, do trabalho como funcionárias públicas na educação e saúde etc. Possuem como estratégia o empenhar-se na proteção ou reestabelecimento do equilíbrio entre a extração e a regeneração dos recursos naturais e renováveis. Um exemplo: todas as retiradas dos recursos naturais acontecem de acordo com as fases da lua, para que não haja destruição na natureza. É importante acentuar que a relação entre o povo indígena e a natureza é muito forte, sendo que o amor e o respeito fazem com que o meio ambiente se torne uma fonte de alimento, de remédios, de cura espiritual. Um aspecto que caracteriza as famílias indígenas dentro da cultura kaingang é a relação com as plantas e uma das expressões dessa forte relação é a fabricação do artesanato, importante fonte de renda de muitas famílias.

Para compreender a economia kaingang é preciso pensá-la relacionada a essa esfera da organização social como um todo. É necessário entender que nem sempre o artesanato kaingang foi produto comercializável, mas no momento que passou a sê-lo, foi reconhecido não apenas pelos membros da sociedade Kaingang, mas também pela sociedade externa como parte da cultura material do grupo.

A comercialização ocorre principalmente nos períodos de Natal, Páscoa, na véspera da festa em comemoração ao Dia do Índio (19 de abril), nos quais as mulheres saem para as vendas buscando roupas e dinheiro para estas datas comemorativas na comunidade.

Na Figura 6 podemos visualizar mulheres Kaingang na confecção de artesanatos. Essas atividades foram registradas na Escola E.I.E.F. Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro, onde as

mães se reuniram para produzir com o objetivo de doar para a escola, que fica com lembranças para doar a visitantes não indígenas. Algumas mulheres também confeccionam roupas típicas e colares para as crianças usarem em apresentações de danças.

Figura 6 - Mulheres Kaingang na confecção de artesanatos e roupas

Local: Escola E.I.E.F. Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro
Fotografias: Cleci Claudino (2014).

2.2 As metades Kaingang e sua importância no casamento

O aspecto fundamental da organização social dos Kaingang é a divisão nas metades Kamẽ e Kanhru. Tal divisão faz parte da identidade cultural do povo Kaingang e este aspecto define o ciclo de vida desde o nascimento até o fim da vida de uma pessoa Kaingang. Os Kamẽ estão relacionados ao Oeste e à pintura facial *Rá téj* (com pintura comprida). Possuem

as seguintes características: são ligeiros, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. E os Kainhru são relacionados ao Leste e à pintura facial *Rá Ror* (com pintura redonda). Ao contrário dos Kamẽ, os Kainhru são vagarosos, porém persistentes e firmes nas lutas.

No casamento as metades Kamẽ e Kanhru se unem e os filhos sempre pertencem à marca do pai, sejam meninos ou meninas. Assim, verifica-se a patrilinearidade, ou seja, o pai sendo Kamẽ, por exemplo, seus filhos também o serão. A antropóloga Juracilda Veiga (1994, p. 13), estudiosa do povo Kaingang, assim anota: "No caso Kaingang cada metade possui um repertório de nomes e a pessoa receberá um nome do estoque dos nomes da sua metade cujo pertencimento é automaticamente estabelecido por nascimento, ou seja, filho (a) de homem Kamé será Kamé."

Cada metade é empregada em cerimônias, festas e nominação de parentesco. Nos rituais e nas cerimônias a mulher é responsável e participante, por exemplo, na Festa do Mastro e no ritual de purificação da viúva, como poderá ser verificado adiante.

Essa divisão em metades faz levar em conta a importância dos casamentos e ensinamentos de parentesco Kamẽ e Kanhru. Apesar dos filhos pertencerem à marca do pai, a mãe e as avós é que têm o domínio e mais responsabilidade na criação dos filhos e netos.

Antigamente a educação das crianças para a vida adulta e sua preparação para o casamento era feita não só pela mãe, mas também pelo pai: a mãe ensinava a menina nos afazeres da casa e o pai ensinava o menino a caçar e pescar.

Eram os pais que escolhiam os casamentos antes do nascimento da criança. As duas famílias se reuniam e tratavam o futuro casamento. As crianças deviam esperar até certa idade, entre treze ou quatorze anos, para a realização do casamento, antes disso elas não sabiam quem seria seu esposo ou esposa. Quando chegava a noite do casamento, o pai do noivo o acompanhava até a casa da noiva levando um tição aceso para iluminar o caminho onde passavam. Chegando lá o pai do noivo dizia: "*Sa inh kósin ti pérekãtĩg vê ag tÿ Vãnh prüg jé*"[3]. Então a mãe da menina falava: "*Tag ra kãtĩg ẽg tÿ Vãnh prüg jé ã ta ti mÿ ném ü han jé kar ti mÿ Vãnh kujén jé gé*"[4]. Essas falas são de Izondina Claudino, com 85 anos de idade, avó que fala sobre o casamento no passado.

Há um aspecto muito importante na formação das famílias nas quais acontece o casamento, pois a metade Kamẽ pode casar com a metade contrária Kanhru e vice-versa,

[3] "Eu vim trazer meu filho para nós tratar do casamento que combinamos."
[4] "Vem cá, temos que tratar do casamento de vocês para que tu faça os serviços e arrume a cama para vocês dormir".

assim culturalmente respeitando seus parentes. Os *Kófas* (velhos sábios) diziam que casar com a mesma marca traria problema de saúde aos filhos, pois o sangue não se misturaria e causaria, além das doenças, a má formação física da criança e ela não seria desenvolvida com saúde.

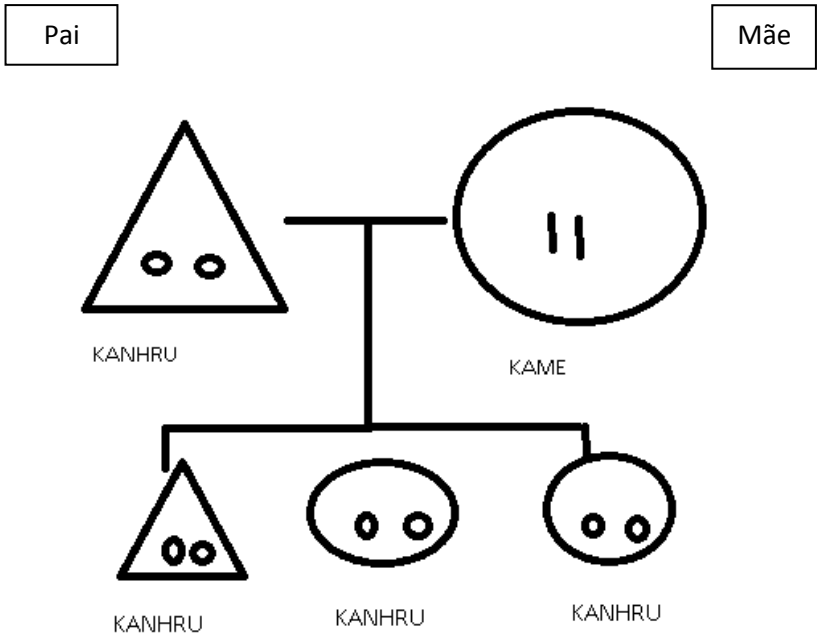
Figura 7 - Izondina Claudino Rá Téj- avó que fala sobre o casamento no passado

Fotografia: Cleci Claudino (2014).

Como em toda organização social clânica, também na sociedade Kaingang todos os indivíduos que pertencem a uma mesma metade patrilinear ou clã são irmãos, ou seja, todos os Kamẽ são irmãos, como todos os Kanhru. Como toda a relação entre irmãos é considerada incestuosa, Kamẽ só pode se casar com Kanhru e, consequentemente, Kanhru só pode casar com Kamẽ. Todos os que não pertencem à mesma marca se consideram como *Jamré* (cunhado, irmão). Mas hoje não acontece mais somente assim, pois há os Kaingang que casam conforme suas afinidades e sobrenome contrário do outro.

Temos, a seguir, um gráfico genealógico que ilustra as metades, o casamento e o pertencimento dos filhos.

Figura 8 - Gráfico genealógico das metades Kanhru e Kamẽ



Fonte: Cleci Claudino (2015).

Hoje estas marcas estão se modernizando, sendo representadas em forma de grafismo do artesanato e em pinturas corporais para apresentações de danças. Kainhru se define com a marca aberta ou comprida e Kamẽ com a marca fechada ou redonda.

Figura 9 - Marcas Kainhru e Kamẽ no artesanato

Kamẽ **Kanhru**

Artesanatos representando as metades clânicas.
Fotografias: Cleci Claudino (2014).

Na cultura indígena Kaingang não existe o abandono de crianças. Mesmo quando a mãe é mais jovem ou solteira, não tendo experiência em educar conforme a cultura, as crianças são criadas pelos avós. O ato de deixar os filhos com uma parente, sobretudo a avó, não significa abandono da família, mas tem a ver com a reciprocidade que é muito forte entre o povo Kaingang. É necessário ressaltar que a criação pelos avós não interfere nas relações de genealogia de parentesco, pois as crianças continuam sendo de seus pais, ou seja, a avó é a "*mãe veinha*" e a mãe é chamada de mãe. Também as avós são cuidadas pelas mulheres parentes mais novas.

É possível comprovar tal aspecto a partir da experiência evidenciada na fala de Tere Claudino, com 38 anos, em 2014: "*Depois de uma certa idade da mãe é as filhas e netas que cuidam das avós [e isso] faz com que os laços de reciprocidade estejam entre as mulheres.*" É comum as filhas ou netas cuidarem das avós quando estão com a saúde debilitada, com idade avançada e nesta questão as mulheres são consideradas autoras de grande importância em relação à política residencial.

Na organização social do povo indígena Kaingang a maior parte da educação dada aos filhos parte da mãe, a principal responsável no processo da educação do indivíduo que nasce, que também faz parte da sociedade. Este aprendizado pode ser constatado em momentos no convívio social Kaingang e no cotidiano familiar junto da mãe, em que se pode acompanhar a preparação de comida típica, como por exemplo: o *fuva*[5] e na busca do milho para ralar e fazer o *ẽmĩ*[6]. A preparação do artesanato também é um momento em que essa interação acontece, desde a busca da taquara e outras matérias-primas até a confecção das peças. A criança ajuda na raspagem da taquara e em outras etapas da confecção. Com a mãe ela lava roupa, aprende histórias contadas e ensinadas pelas avós de como são os afazeres da casa. Tudo isso a criança aprende não como serviço forçado, mas sim como um aprendizado espontâneo. A Figura 9, composta por quatro fotografias, ilustra trabalhos das mulheres: mãe amamentando ao mesmo tempo em que faz artesanato, o *fuva*, o *ẽmĩ* e a lida com o fogo.

[5] O Fuva é uma planta a qual faz parte dos alimentos Kaingang substituindo a carne para a mistura do *ẽmĩ*.
[6] *Ẽmĩ* é o bolo tradicional kaingang feito de farinha de milho ou trigo e assado direto no fogo de chão.

Figura 10 - Trabalhos de mulheres

Fotografias: Cleci Claudino (2014).

2.3 Sistemas de nominação e a família

Ressalto aqui algumas considerações quanto à importância dada às mulheres no que diz respeito à nominação e aos cuidados dos filhos nas famílias Kaingang. O pesquisador alemão Curt Nimuendaju em suas pesquisas com os Kaingang observa: “Quando os dois irmãos kamẽ e kanhru começaram sua imigração pela terra, aproveitaram os acontecimentos durante suas viagens para impor nomes nos seus companheiros” (NIMUENDAJU apud ELTZ, 2011, p.65). Desde o passado e na atualidade as crianças são nomeadas conforme os acontecimentos ou nomes das pessoas já falecidas e isto é feito pelas avós, pois são elas que sabem qual nome colocar relacionado às marcas Kamẽ ou Kanhru. Todos os nomes possuem significados.

A *Kujá* da Aldeia KM 10, Vicentina Sales, falecida no mês de maio do ano de 2014, com 104 anos de idade, falou sobre a criança, relatando em seus diálogos: *Quando ela nasce já deve ser nomeada por uma pessoa velha, sendo os avós, pois são eles que sabem que nomes fortes dar às crianças para que as mesmas não fiquem fracas e sejam perturbadas pelos espíritos, lhes trazendo doenças que muitas vezes as fazem falecer. Estes nomes escolhidos tem significado de proteção relacionada aos nomes de plantas ou animais.* No mês de maio de 2006, a senhora Vicentina Sales, a *Kujá*, recebeu em sua casa uma mãe com sua filha bebê de dois meses que chorava muito dia e noite, então a mesma a apresentou para Deus, realizando o batismo, rezando por ela, colocando ervas em seu umbigo. Constatando que devido a criança não ser nomeada com *Jyjy kórég* (nome indígena) a criança estava sendo perturbada pelos espíritos. A *Kujá*, então, fez um pedido: "Leve este nenê em qualquer uma igreja pra que o batismo seja completo". Ao sair da casa de dona Vicentina a criança foi levada na igreja para o batismo. Nunca mais ela foi perturbada e parou de chorar, o que era constante. No passado a criança Kaingang recebia o nome pertencente a sua metade clânica Kamẽ ou Kanhru e nomes dos antepassados guerreiros.

2.4 Ciclos de vida e a mulher nos rituais e nas curas

2.4.1 Cuidados antes, durante e depois da gestação

Desde antes da gestação e a partir dos primeiros dias de gravidez, a mulher indígena Kaingang da T.I. Guarita tem uma série de cuidados em relação ao corpo. Quando a mulher deseja ter um filho ou uma filha ela toma remédios específicos, pois para cada sexo existem ervas medicinais diferentes. Entre outros cuidados, as meninas não podiam comer certos alimentos chamados *Kovẽnh* (pecados alimentares), segundo Solange Bento, de 24 anos, de São João do Irapuá. A proibição de comer certos alimentos existe para que não haja problemas na hora do parto.

Segundo a pesquisa da antropóloga Angela Célia Sacchi (1999, p.70):

> Os cuidados envolvendo a criança começam antes mesmo do seu nascimento e a futura mãe recebe o aprendizado utilizado nesta etapa das outras mulheres, da sua rede de parentesco e de compadrio. Este aprendizado inclui o uso de "remédios do mato" e a realização de dietas específicas. Os "remédios do mato", como as próprias indígenas denominam, fazem parte da cosmovisão Kaingang e são ainda utilizados pelas mulheres, mesmo depois das modificações surgidas com a "medicalização" do ciclo de vida. Juntas, as mulheres cuidam das diferentes etapas que circundam o nascimento, principalmente nos momentos do parto e da dieta.

O conhecimento e uso na prática da cura não estão, necessariamente, ligados à questão do segredo, tal como ocorre com as *kujás* curandeiras. Certamente esse detalhe facilitava no fornecimento de informações. Ao redor de sua casa há várias plantas que utilizam as curandeiras na preparação dos remédios, mas uma grande quantidade é coletada no mato. Os remédios podem ser preparados a partir de uma só espécie de planta ou com várias misturadas. Depende do tipo da doença e da pessoa que irá tomá-los. Há, por exemplo, receitas diferentes para crianças e para adultos em determinadas doenças.

No ciclo de vida Kaingang existem vários momentos e etapas da vida em que chega o nascimento e no decorrer do tempo vem a morte. Nos tempos passados o casamento acontecia muito cedo e muitas vezes a mulher não se preocupava com a quantidade de filhos. Algumas mulheres chegavam a ter até 16 ou 17 filhos. Maria Librandina Campos, Cíntia Márcia da Silva, Marciane Luchese e os professores Leacir Lopes e Nilton Belino (NÖTZOLD, 2004, p.16) contam como Maria da Luz, da T.I. Xapecó/SC, hoje com mais de 100 anos, se refere ao momento do parto kaingang:

> Antigamente não havia restrição na quantidade de filhos. Não se preocupava com a idade para a primeira gravidez quando engravidavam, as mães contavam nove luas. Se fosse contado nove luas cheias era menina, e nove luas minguantes era menino. Naquele tempo não havia consultas de rotina o que se chama hoje de pré-natal, realizado pelos médicos todos os cuidados ficava com as parteiras que dava para as gestantes remédios do mato.

Existe na cultura indígena kaingang uma imensa crença em relação às mulheres. No período de gestação há várias restrições: a mulher não pode fazer certas práticas ou passar em certos lugares. Exemplo: quando o homem vai pescar, a mulher não pode ir junto para juntar a pesca, pois dá azar e o homem não pega nada. A gestante também não pode colher frutas, pois elas acabam ficando fortes ou apodrecendo e caindo do pé. Quando ela vai à roça para buscar abóbora, batata, moranga e outros cultivos, estes acabavam estragando.

Conceição Ferreira (com 87 anos de idade), relatou em 2011 que o sistema dos antigos era não conversar com seus filhos sobre os cuidados para não engravidar e também achavam feio falar de relacionamento. Segundo ela: “O índio não tem costume de ensinar os cuidados da gravidez. Hoje eu ensino minhas filhas e netas a tomar banho com ervas no rio e falar com o remédio e dizer: ‘não deixe que eu fique doente e grávida logo.’ Assim ajudo muitas pessoas da comunidade que vem me pedir para fazer remédios.”

Quando uma mulher quer ter boa saúde para ela e seus filhos, inicia um processo de preparação com ervas no começo da gravidez: é lavada a barriga de cima para baixo conversando com a criança para ela se virar na hora certa. Existem outros chás que também devem ser usados para se banhar de baixo para cima, para que após o parto não aconteça a hemorragia. Alguns chás são tomados quando a mulher está com as dores do parto para que o nascimento seja rápido.

Na hora do parto era feito um ritual por parte do homem, pois a parteira pedia ao marido: "Kur ĩn rã rÿgrÿg gé ã kósin ti tÿ mur tÿ mranh ke jê". Ele teria que dar voltas ao redor da casa, cortar lenha e fazer outros serviços. Não podia ficar parado para ajudar a mulher a dar a luz mais rápido. Após o nascimento ele teria que ir à caça para a esposa comer durante a dieta.

Segundo Maria da Luz (NÖTZOLD, 2004, p.18) uma das coisas mais importantes para facilitar a gestante na hora do parto era o "puxamento". Era uma espécie de massagem que fazia na barriga e nas costas da mãe com "remédios quentes", pois essa massagem facilitava muito o nascimento da criança. Com essa massagem e com esses remédios quentes do mato, as crianças nasciam com muita saúde.

Cabe destacar ainda que depois do nascimento deve haver um cuidado especial com a mãe e a criança. A mãe toma chás para não infeccionar por dentro e se curar bem. Chás também são tomados pela mãe para ter bastante leite. A criança junto com a mãe é tratada com ervas para não causar cólica e não ter espírito perturbador. Também para crescer forte e para a criança dormir bem durante a noite.

Conforme Angela Célia Sacchi (1999, p.74):

> "Especialistas em cura" é o termo usado por Moacir Haverroth (1997:74) aos *Kujá* (xamã), curandeiras, curadores, remedieiras e parteiras existentes nas áreas indígenas Kaingang, que são as diversas pessoas conhecedoras de uma grande quantidade de remédios elaborados à partir de recursos naturais. A maioria das plantas são coletadas "no mato". As remedieiras, segundo Haverroth, preparam os remédios "a partir de uma só espécie de planta ou com várias misturadas.

As mães quando carregam os seus filhos, andam com eles nas costas, amarrados com uma faixa feita com imbira ou tiras de tecidos amarrados na cabeça.

Na T.I. Guarita pessoas de toda a reserva deslocam-se a um determinado local conhecido como "Cabeça da Anta" e acreditam que a água que nasce nesse local tem o poder de realizar purificação espiritual e física. As mulheres preparavam os remédios com a água

retirada deste lugar considerado sagrado. Esta informação também é dada pelo Kaingang Demétrio Sales Ribeiro e está no livro Artesanato Indígena Kaingang e Guarani – Guia do Professor (2011), publicado com a colaboração de Amilton Mello, Cleber Tẽnhfy Claudino, Cleci Claudino, Elenir de Carli, Elissandra Wagner da Rosa, Fabieto Tẽnh Féj Joaquim, Glaucia Ribeiro de Arruda, Jonas Petri do Rosario, Flávio Pénĩ Ribeiro, José Manuel Palasuelos Bolivián, Juliana Denise Pozzebom, Lairton Fÿnh Mello Cipriano, Marcio Fág Jẽ Tĩ Joaquim, Maria Ruth Pereira, Marise Sales, Marlice Kẽvẽn Sales, Miguel Rãrĩr Ribeiro, Nadir Fleck Grassioli, Nice Terezinha P. Ternes, Roberto Kẽnh Ribeiro, Sara Cristiane Karigká Sales, Vitalina Nĩvẽnhso dos Santos.

2.4.2 Parteiras

Em tudo há um cuidado específico das parteiras em relação ao período da gestação até o parto. As parteiras, que usam remédios basicamente vegetais, possuem crenças que são praticadas por elas. Os seus conhecimentos são relativamente restritos e dificilmente os revelam.

As parteiras

> possuem o conhecimento de muitos remédios que podem utilizar no momento do parto, bem como para outras finalidades relacionadas com a concepção, gestação e outros problemas específicos de mulheres. (...) Há os específicos para facilitar a passagem da criança, para limpar depois do parto, outros feitos para a mulher ter mais leite e assim por diante. (HAVERROTH apud SACCHI, 1999, p.74).

Percebi em minhas rodas de conversa que o conhecimento das mulheres varia conforme a idade, mas cada uma tem conhecimentos muito importantes. Em uma roda de conversa ocorrida em dezembro de 2014 com Solange Emilio (com 26 anos de idade, dois filhos, residente na Aldeia de São João do Irapuá, estudante da Universidade Federal de Santa Catarina do Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica), sua mãe Maria Emilio (com 62 anos de idade), sua tia Marina Bento (com 56 anos) e sua sogra Iracema Bento (com 65 anos), Solange nos conta que quando casou era muito nova, tinha 13 anos de idade. Sua sogra lhe ensinava muito a tradição da vida de casada e no período de gravidez pedia que ela levantasse cedo, tomasse banho no rio, buscasse água na fonte e logo após socasse milho para fazer canjica. Era para Solange ficar em constante movimento para o bebê se virar na posição certa. Sua sogra colhia ervas medicinais e fazia chás para Solange tomar desde o primeiro mês de gravidez, para fortificar o feto. No sétimo mês iniciou o

tratamento para fortalecer o corpo. Solange cuidou-se conforme os costumes culturais, com o uso de remédios do mato. Sua primeira gravidez teve um cuidado muito especial, no qual Solange tomava remédio e se banhava para seu bebê nascer forte, e para o mesmo se virar com rapidez na hora certa do parto. Na segunda gravidez não usou remédio do mato e teve complicações: muitas dores e enjoos durante o parto. Então Solange tirou sua própria conclusão: a medicina indígena é essencial na vida, principalmente para as mulheres.

Ela ainda nos conta do seu conhecimento sobre o enterramento do umbigo. "O umbigo dos meus filhos enterrei no pé de uma árvore para que eles crescessem como a mesma e fortes guerreiros. "A gente enterra o umbigo e depende o que queremos que nossos filhos sejam e conquistem na vida. Por exemplo: eu enterrei o umbigo do meu sobrinho na entrada da universidade e fiz um pedido para que ele estudasse e fosse bem sucedido em sua vida".

Iracema Bento conta:

> Tive oito filhos, tive sete em casa e um no hospital. Quando eu estava grávida do primeiro eu era muito pesada, engordei muito, sentia muitas dores, e não conseguia ganhar meu filho. Tentei de tudo, eu me agarrava numa madeira que ficava cravada no canto no chão da casa, mas não consegui. Então, chamaram uma parteira chamada Luiza, de bastante idade e com muita experiência sobre o processo da gravidez até o parto. Ela e minha mãe, cada uma pegou em uma perna e começaram a sacudir minhas pernas para que a criança ficasse na posição certa. Dos outros filhos o parto foi bem porque já sabia como fazer. Eu só fazia duas forças agarrada na madeira e empurrava os pés contra o chão e já nascia o bebê. Eu mesma cortava o umbigo com tesoura ou lasca de taquara. O último filho o parto foi no hospital e era a mesma coisa só pros Fóg (não índio), ver a gente nu.

Dona Iracema fala que ao cair o umbigo da criança era enterrado atrás de casa para quando a criança crescer não ir embora e não morar longe da mãe. Se o umbigo fosse jogado em qualquer lugar a pessoa andaria perdida de um lugar para outro. A fala de Dona Iracema faz pensar em lugares de morada e ocupação pelas famílias Kaingang e na forte ligação mãe-filhos.

Em meus ensinamentos, os quais adquiri ao longo de minha vida com minha mãe Izondina Claudino, o umbigo da criança era enterrado debaixo de uma árvore. Se a criança era kamẽ enterrava debaixo de uma árvore kamẽ[7] e vice-versa. Isto era feito para a criança não cortar a ligação do respeito e espírito de seu *rá* (marca Kamẽ ou Kanhru). Ivone Jagnigri da Silva, estudante no Curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, também relata que sua mãe Francisca Amaro, com 82 anos de idade, lhe contava que enterrou o umbigo de uma das suas filhas embaixo de uma árvore errada e que por isso ela

[7] Exemplos de árvores: a) kamẽ – pinheiro (*Araucária augustifolia*) e b) kanhru – cedro (*Cedrella fissilis Vell*., meliácea).

herdou características ruins, sendo muito brava e violenta com a família e com os demais na sociedade. “Inh Kósin fi nügnig krãn sóg ka ü krãm hãra fi rá tu ke hãja pijé”. Dona Francisca: “Me sinto culpada, pois enterrei o umbigo de minha filha no lugar errado.”

Iracema Bento ressalta que nós estudantes devemos nos preocupar com os saberes tradicionais e os registrar, para que não fiquem no esquecimento, pois as mulheres hoje se tratam com a medicina dos *fóg* (não indígenas). Para ela as mulheres já não conhecem as ervas medicinais do nosso povo como antes e devido a isso muitas doenças existem nas famílias. Maria Emilio ainda nos fala da importância do resguardo pós-parto no qual a mãe e a criança ficavam 45 dias fechadas em um quarto, sem ver a luz do dia. Conta que a mãe também tomava remédio para as comidas não fazerem mal, para não secar o leite e para sarar por dentro dela. Maria ainda nos relata que uma proteção para o bebê aos sete dias de vida é colocar uma tesoura aberta na porta para as pessoas que ali passarem e visitarem a criança não colocarem mau olhado.

Figura 11 - Solange, Maria, Iracema, Marina (da direita para a esquerda) - mulheres que falam sobre o parto

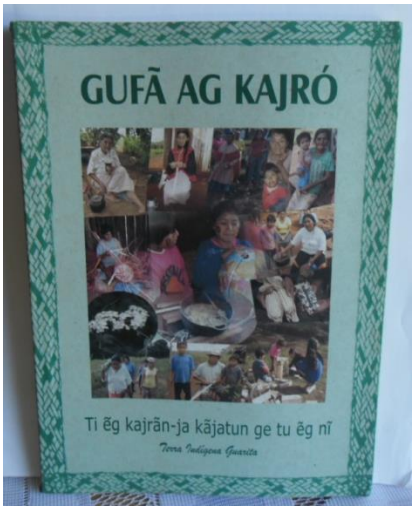
Fotografia: Cleci Claudino (2014).

Em 2007 o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN) criou um grupo de mulheres mais velhas, outras mais jovens e gestantes da T.I. Guarita, que se reuniam para ensinar/aprender os saberes sobre as ervas medicinais, as práticas terapêuticas do povo Kaingang.

> O processo de orientação e promoção de saúde se realiza através de encontros entre os grupos organizados de mulheres indígenas kaingang e guarani, dos setores Pau Escrito, Bananeira, Missão e Gengiva. Nos temas abordados e na oralidade, busca-se sempre valorizar o saber das avós, a relação saúde-doença na visão de cura indígena, a relação da qualidade de vida e de bem estar das famílias. São realizadas também, oficinas de preparo de alimentos complementares e de remédios caseiros. O trabalho compreende grupos de gestantes, nutrizes, mães com crianças de baixo peso e escolares. Semanalmente são realizadas visitas as crianças internadas no hospital Santo Antônio de Tenente Portela e posteriormente juntamente com os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), são realizadas visitas domiciliares, para acompanhar e apoiar a família no cuidado com a criança e para evitar reinternações.
>
> Estabelecemos parcerias de trabalho em algumas ações pontuais com as Secretarias municipais de Saúde e Assistência Social dos municípios de Tenente Portela e Redentora/RS, com as equipes multidisciplinares de saúde indígena da FUNASA, com o hospital Santo Antônio, Escolas Estaduais Indígenas. As visitas domiciliares e hospitalares, os encontros de mulheres indígenas, as palestras de educação em saúde aos escolares, o cultivo de ervas medicinais e nutricionais são indicadores de ações que valorizam, respeitam e aproximam os dois saberes: popular e científico. (LUCKMANN e FALCADE, 2008).[8]

Este projeto de saberes das mulheres indígenas da T.I Guarita resultou como material didático para as escolas e comunidades sobre os ensinamentos para as famílias como um todo, com orientação dos encontros de Noeli Falcade e Sandro Luckman, mencionados acima.

Figura 12 - Capa de livro Gufã ag Kajró (Saberes dos Mais Velhos)



Fotografia: Cleci Claudino (2014).

[8] Para maiores informações a respeito da “Revitalização de Saberes Tradicionais”, do COMIN, ver o Anexo 01.

Conceição Ferreira foi uma das sábias que participou da construção do material didático sobre as ervas medicinais que tem o título *Gufã ag Kajró*.

Figura 13 - Conceição Ferreira e netas

Fotografia: E.E.I.E.F. Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro (07/09/2011).

Geralmente na cultura Kaingang algumas mulheres jovens engravidam e tem o filho ainda morando com os pais. A mãe não sabendo alguns cuidados que se deve ter com a criança recém-nascida, a avó é que dela cuida.

Segundo Tere Claudino (38 anos): “Eu tive minha primeira filha com dezessete anos de idade, então minha avó tirou remédio do mato para mim tomar na dieta para não engravidar logo.”

Sobre os conhecimentos e a importância das ervas medicinais na cultura kaingang é importante saber como se prepara a erva, como precisa ser colhida e tratada. Saliento aqui minhas próprias experiências de vida de que quando vêm as doenças, as ervas devem estar prontas para serem usadas. São secadas na sombra e depois penduradas na parede. Pode ser a folha, caule, raiz, flor, tanto para se banhar como para tomar. No momento do cozimento se a erva estiver verde ou não estiver seca pode causar danos na pessoa.

Dona Eva Crespo (com 95 anos de idade, moradora da linha Esperança KM 10), fala de várias qualidades de chás:

> Hoje não tenho condições de procurar na mata, estou muito velha e não enxergo mais. Para colher as ervas medicinais não pode ser qualquer pessoa, deve ser o jamré [cunhado] ou o kakrẽ [sogro]. Também uma pessoa indicada é o Kujá. No tempo antigo o Kujá banhava as crianças e também fazia chás para as mulheres. Quando tinham os bebês elas sempre tinham dor de cabeça. O Kujá preparava o hunh [remédio], o caule era raspado, colocado em um pano e amarrado na cabeça e a folha era cozinhada para tomar. Nós que somos velhos sabemos para quem passar o conhecimento para as pessoas, temos nossos escolhidos para ensinar, tudo tem uma preparação para obter o poder da cura.

Dona Eva também fala que não só ervas secas e cozidas podem ser utilizadas, também pode esmagar ou secar, queimar e socar algumas madeiras para se passar no corpo.

No passado o *Kujá* vigiava a comunidade onde estava inserido, ele falava que as doenças comuns eram sarampo, catapora, tosse comprida, então ele cozinhava as ervas em um panelão e reunia as mulheres para que trouxessem as crianças em sua casa para o banho com as ervas medicinais, principalmente em época que as crianças estavam mais frágeis às doenças. O ritual começava, o *Kujá* pedia a todas as mulheres que não fossem se banhar ficar em círculos, dançando ao redor do mesmo, que banhava uma a uma as crianças, e o Jamré sentado, tocando chocalho. O *Kujá* banhava e falava sentado: "Vênhkaga Kir inh Kósin Kirã hã" (doença não entre em meu filho).

Dona Eva também conta:

> Estou muito esquecida, perdi um pouco a memória, mas lembro do Jamré, o Martins, e ele gostava de tocar nos bailes, por isso ajudava no ritual do Kujá. Enquanto o Kujá fazia tÿ sóm, sóm, tÿ som, som e os outros ao redor dançando. Um pouco de chá o Kujá dava para as crianças tomar. Às vezes o Kujá pedia para os escolhidos colher as ervas medicinais e trazer para ele porque tinha outra doença chegando no povo, novamente reunia as famílias para mais um ritual com as ervas.
>
> Eu levava minha filha Cleonice, esta que eu moro junto hoje, eu dizia: 'Vamos filha lá na casa do Kujá para ele lavar nós com seus remédios.' Nós caminhávamos numa trilha e ela ia na frente até a casa dele. Chegando lá eu dizia: 'Kujá, vim trazer minha filha para o senhor lhe banhar'. 'Então apura', falava ele, 'se não o remédio vai esfriar.' O Kujá pedia: 'quem não vai se banhar vai dançando ao redor' e Martins não parava de tocar.

Na cultura kaingang as ervas são colhidas na quinta-feira, a partir das quatro horas da tarde, e passadas no corpo à noite. No amanhecer da sexta-feira santa tomava banho no rio aonde tinha correnteza, para retirar os resíduos e o mal ir embora. Segundo a senhora Dona Eva:

> Existem ervas medicinais para vários tipos de doenças que eu aprendi e ensinei minha filha Cleonice, dentre os filhos que tive. Quando preciso de remédio ela vai buscar para mim. Gostaria que os pais ensinassem seus filhos porque quando os velhos morrerem ninguém mais vai saber esses conhecimentos. Hoje estou muito esquecida e não enxergo mais nada, peço que os professores valorizem e ensinem os alunos a importância de nossos *jykre* [conhecimentos] para que nunca sejam esquecidos. Estou muito feliz por lembrarem de mim e buscarem conhecimento aqui em minha casa.

Figura 14 - Eva Crespo

Fotografia: Cleci Claudino (2011).

2.4.3 Viuvez e rituais da viúva

Como já mencionado, o ciclo de vida é um aspecto muito importante na cultura kaingang, que vai desde antes do nascimento até a morte. A viuvez é uma situação muito delicada e a partir da fala de dona Sueli Jacinto Claudino Rá téj[9], 54 anos, viúva, foi possível notar algumas diferenças no modo como as mulheres se comportavam antigamente e como se comportam hoje em relação a ela. Assim, segundo dona Sueli:

[9] Quando de roda de conversa ocorrida em sua casa, no Setor São João do Irapuá, T.I. Guarita, em 19.08.14.

> "As mulheres de hoje estão muito diferente, pois querem ser e viver igual os *Fóg* (não índios). Esqueceram o trabalho que nós fazia no tempo antigo, tudo tinha regras pra nós viver e cumprir. Por exemplo, quando minha mãe Ana Maria Sales ficou viúva, no velório do marido dela os *pẽj*, que podem lidar com os espíritos, colocaram ela deitada ao lado do caixão durante todo o tempo do velório. Ao chegar a hora do sepultamento os *pẽj* cortaram seu cabelo com facão e colocaram dentro do caixão. Enquanto os parentes faziam o sepultamento, minha mãe Ana Maria foi levada pelos *pẽj* para a mata perto de um rio, onde seu *jamré* que era *pẽj* colhia ervas medicinais para o banho de purificação e também levava comida lá no local onde ela estava. Ela ficou sete dias na mata. Ao voltar para casa continuou seus cuidados de purificação. Ela não podia olhar para os filhos e ao levantar tinha que sair reto para fora com a cabeça coberta, após todos terem levantado pela manhã."

Dona Sueli ainda relata que quando ficou viúva de Camargo Jacinto teve que se banhar com ervas em casa, pois neste período já não faziam mais o ritual na mata. Diz ela: "Eu fiquei quinze dias sem olhar direto para meus filhos e de cabeça amarrada com pano. Quando chegou os quinze dias fui no rio e me passei lama em todo o corpo que havia na beira do mesmo, após abracei uma árvore bem grande e grossa que tinha perto do rio. Para que ali ficasse todos os espíritos do finado para que não perturbassem a família." Ela explicou que teria que ser uma árvore com a madeira muito forte, por exemplo Guajuvira, Grápia, Cedro, depois de um ano essa árvore, que era um cedro, começou a secar e morreu.

Figura 15 - Sueli Jacinto

Fotografia: Cleci Claudino (2014).

Saliento aqui o trabalho de conclusão de curso de autoria de Derli Bento e Solange Emilio, colegas da T.I. Guarita no mesmo curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica da UFSC, que pesquisaram sobre o ritual da viúva e o papel do *pẽj* no velório. O TCC, com o título *Ritual da viúva Kaingang*, foi apresentado e aprovado em novembro de 2014.

2.4.4 A participação da mulher no ritual da Festa do Mastro[10]

Em minha pesquisa de campo tive a oportunidade de no dia 06 de agosto de 2014 participar da Festa do Mastro, realizada pelo *Kujá* Carlos Charque, que acontece todos os anos na T.I. Inhacorá (São Valério do Sul/RS) justamente nessa data.

Nesta festa toda a aldeia faz sua homenagem para o *Kujá*. Ao chegarem, as pessoas cumprimentaram o *Kujá* e sua mulher e se dividiram, isto é, os participantes se separaram em grupos de homens e mulheres. As mulheres ficaram próximas da esposa do *Kujá*, que estava ao lado dele. Pela manhã o *Kujá* iniciou o seu ritual, no pátio da aldeia, indo para o centro deste local. Ele pediu que todos ficassem em pé, ao redor, para escutar seus pedidos e informes. Falou assim:

> Kÿ tÿ inh mÿ há tĩ um tÿ taki junja ti, um tÿ jag krẽ vin, vin ẽn tÿ uri kinhra nÿtĩ ha mẽ. ün kar tÿ ta ki nÿtĩ vÿ ta kinhra nĩ mü. mÿr ã jag tÿ inh jykre vÿ ke mü há mẽ. kÿ hãra, kynhmÿ nĩ tóg tÿ pir nĩ, ün tÿ ẽg kirir ki, ga taki ha mẽ, ã kÿ sa ser ü tÿ taki nÿtĩ ki hã han nĩ. kÿ hã vã ser, jãnka ü mẽn nĩ jnh prü fi tÿ manĩ ã ti ã jag tÿ vãnh proteger ke jé nén ü jag ta hã rike kÿ pi jag tÿ hã rei mü. (dia 06 de Agosto 2014)
>
> Agradeço a todos que aqui chegaram os que trouxeram seus filhos para aprender e o que vamos fazer hoje aqui neste dia é muito importante, pois é nosso saber porque aquele que está lá em cima é um só para cuidar de nós aqui na terra, então vamos fazer e valorizar nossas ervas medicinais o que é da nossa cultura. Antes de minha esposa entregar o mastro, todos peguem uma fita que serão protegidos de todo mal e doença. (tradução da autora)

Durante a fala do *Kujá* sua esposa participava do ritual segurando o mastro com muitas fitas e todas as mulheres presentes ficavam atrás da mesma. A participação da mulher nos rituais é fundamental, ela acompanha os procedimentos a serem realizados. A festa foi realizada através de cooperação das famílias da comunidade que doaram tudo: carne, pão, refrigerante, salada. A mulher do *Kujá* e as outras mulheres serviram o almoço e enquanto isso muitos foguetes eram estourados e muitas músicas eram ouvidas.

---

[10] O termo Mastro é usado para uma bandeira feita com um tecido desenhado com Jesus e muitas fitas colorida usadas no contexto acima mencionado.

Figura 16 - Festa do Mastro

Foto: Acervo de Clair de Oliveira Fongue (06/08/2014)
Fonte: Cleci Claudino.

O papel da mulher Kaingang é fundamental em relação aos rituais. Aqui Clair de Oliveira Fongue participa da festa do mastro de seu esposo *Kujá* Carlos Charque. Ela segura o mastro com formato de uma bandeira, na qual se vê a figura de Jesus Cristo. O mastro contém várias fitas coloridas que serão retiradas pelas pessoas presentes antes de ser erguido. Uma das mulheres corta as fitas para as pessoas. A participação de Clair, juntamente com as mulheres da aldeia, é essencial, pois o ritual significa proteção contra os males, os espíritos perturbadores e as doenças. O conhecimento e a compreensão das mulheres é de grande importância na cultura tradicional do povo Kaingang.

CAPÍTULO 3 - O PAPEL SOCIAL DA MULHER INDÍGENA E SUAS MUDANÇAS

3.1 Espaços sociais e políticos da mulher indígena

No Brasil as mulheres indígenas estão buscando seus espaços e conquistando seus direitos como todos os cidadãos brasileiros. No mundo ocorre o mesmo, existindo, inclusive, o Dia Internacional da Mulher Indígena - 05 de setembro - criado em 1983, durante o II Encontro de Organizações e Movimentos da América, em Tihuanacu, na Bolívia. O dia 05 de setembro foi escolhido porque nesta data, no ano de 1782, no Alto Peru, morreu Bartolina Sisa, mulher quéchua que foi esquartejada durante a rebelião anticolonial de Túpaj Katari. A data foi marcada pela ONU Mulheres reafirmando o apoio a todas as mulheres indígenas, na busca por justiça e em defesa dos direitos individuais e coletivos.[11]

A pesquisadora Angela Sacchi (2003, p. 98 e seguintes) escreve a respeito da organização das mulheres indígenas. Explica que as duas primeiras organizações brasileiras exclusivas de mulheres indígenas foram criadas na década de 1980, sendo consideradas as pioneiras a Associação de Mulheres Indígenas do Alto do Rio Negro (AMARN[12]), e a Associação de Mulheres Indígenas do Distrito de Taracuá, Rios Uaupés e Tiquié (AMIFRUT). Em 2000 em assembleia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) foi reivindicada a criação de um espaço para as demandas das mulheres indígenas. Em 2002, no decorrer do I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, foi criado o Departamento de Mulheres Indígenas (DM/COIAB), com o objetivo de defender os seus direitos e interesses nas esferas nacional e internacional. No item Anexo de seu artigo, Sacchi cita 24 organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira, cinco Departamentos de mulheres indígenas e ainda cinco outras organizações de mulheres indígenas, o que mostra a marcante e crescente mobilização indígena feminina, ainda que mais acentuada na Amazônia.

---

[11] Esta notícia foi veiculada em várias páginas eletrônicas, como, por exemplo: http://institutocatitu.org.br, da Associação Yamurikumã (Associação das Mulheres Xinguanas); http://www.amambainoticias.com.br e http://www.cedefes.org.br.

[12] A AMARN foi criada para promover oportunidades de geração de renda, qualidade de vida e formação sociopolítica, através de atividades e manifestações culturais que fortalecem a cultura indígena do Rio Negro (artesanato, comidas indígenas etc.). Missão**:** Amparar e Gerar renda para as mulheres indígenas do Rio Negro (https://www.facebook.com/pages/AMARN-Associa%C3%A7%C3%B5es-das-Mulheres-Ind%C3%ADgenas-do-Alto-Rio-Negro/650386718308049?sk=info).

De acordo com Sacchi (2003, p. 99):

> Esse processo organizacional, portanto, é dinâmico e tem sido resultado dos impactos promovidos pela ação do Estado e das sociedades não indígenas, além das condições individuais e sociais das próprias indígenas. Assim, há níveis distintos de participação política influenciados pelas características das organizações, pela situação de gênero (casadas, solteiras, com ou sem filhos), elementos de sua trajetória de vida, a vivência na cidade, a distância da sede da organização e de uma comunidade a outra para participar das reuniões, o interesse em participar, etc.

No campo governamental vemos que: "Em 2006, pela primeira vez na história das políticas públicas pós-Constituição Federal de 1988, se incluiu num Plano Plurianual (PPA) uma ação específica para as mulheres indígenas: o Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai). Finalmente, em janeiro de 2007, foi criado na Funai um departamento específico de mulheres indígenas."[13]

3.2 Espaços sociais e políticos da mulher Kaingang

Percebe-se que independentemente do homem fazer a parte mais importante nas decisões sociopolíticas do grupo Kaingang, as mulheres estão inseridas nos aspectos nos quais elas são fundamentais, ou seja, na organização social e econômica, assim como na estreita participação das decisões políticas. Dona Iraci Carvalho da Luz ilustra esses aspectos ao falar de sua experiência como mulher de liderança. "Minha vida toda, desde que casei até hoje, tenho muitas experiências junto ao trabalho com a sociedade da T.I. Guarita, passei muitas dificuldades e momentos bons." Quando Iraci fala de seu momento, se emociona:

> No decorrer da minha vida sempre fui consultada pelo meu esposo, desde que ele foi liderança pela primeira vez, quando tinha vinte e dois anos de idade. Ele sempre perguntava se ele devia aceitar o convite para trabalhar como liderança do cacique, na época o senhor Domingo Ribeiro, sobre as decisões que seriam tomadas junto às comunidades. Eu sempre acolhi e tratei, cuidei das pessoas na minha casa quando chegavam sem teto ou vindo de outros lugares para morar na nossa T.I Guarita. Mulher de liderança como eu não pode fazer separação de pessoas, pode ser mulher casada, solteira velhas ou jovens, tudo tem que tratar da mesma maneira. Ser amiga de todos. Fui muito companheira e sempre que meu esposo esteve ausente eu não decidia nada, mas sempre dava um jeito para atender as pessoas. (Iraci Carvalho da Luz, 22/08/2014).

A participação feminina no espaço público no passado era menor, pois as mulheres exerciam trabalhos domésticos, familiares. No presente, elas ocupam espaços na esfera

[13] Tais dados podem ser acessados em algumas páginas eletrônicas como na http://www.coletiva.org.

pública da sociedade, como em postos de saúde, educação, políticas sociais e representações comunitárias. E continuam a ter muita importância quando se trata de influenciar nas decisões familiares e comunitárias.

Em sua tese de doutorado, Juracilda Veiga (2000, p.99) escreve:

> As mulheres Kaingang, em sua maioria, têm muita personalidade, possuem seus próprios interesses, mas seu grande poder é o poder de influenciar seu marido e seus filhos. (...) A esposa de um cacique é a contraparte feminina da autoridade dele. É comum que as outras mulheres falem com ela se precisam de alguma coisa que envolva a autorização do cacique. Mesmo outras pessoas da comunidade a ela se dirigem para que sirva de intermediária e advogue a favor de uma dada causa. E, em casos, percebe-se que direciona a solução dos problemas. Isso não é regra geral.

Hoje as mulheres pensam de forma diferente: estão ocupando espaços importantes na sociedade, inclusive são responsáveis em organizações e representam grupos sociais. São consideradas protagonistas e atrizes de prestígio. Ressalto depoimentos de algumas mulheres que lutaram e buscam seu espaço demonstrando sua liderança em grupos sociais. Sara Karigká Cristiane Sales, com 31 anos de idade, Diretora da Escola E.I.E.F. Cacique Anastácio Fongue, na comunidade Pau Escrito, nos conta de sua experiência e trajetória na vida social:

> Às vezes fico pensando como fui parar aqui na direção desta escola. As coisas quando é pra acontecer acontecem. Meu sonho era trabalhar como Orientadora Pedagógica. Valeu a pena eu ter me esforçado em meus estudos. Me formei na academia em 2006 em supervisão e orientação, Educação Infantil e Fundamental. Trabalhei dez anos como professora e quatro anos de Orientadora Pedagógica. Nós educadores temos que ter um caminho aberto, fazer e demonstrar um bom trabalho. Temos que ter uma equipe, dando autonomia nas decisões no coletivo a serem tomadas referentes à escola. Em 2013 iniciei meu trabalho como diretora. Achei meio estranho, pois tive que trabalhar com pessoas mais velhas e experientes (Kófa), umas mais novas. Fico um pouco constrangida para dar as ordens, então vou com calma. Tem a comunidade, não só dois, três, mas sim todos os alunos, professores, funcionários, é uma equipe de trabalho. Assim me sinto respeitada pelas pessoas como uma autoridade maior no local. (Sara Karigká Cristiane Sales, 13/08/2014).

Sara salienta que está valorizando que seja trabalhada a questão cultural do nosso povo na escola para que o aluno saiba de onde veio e de suas raízes, para que fora da aldeia ele seja respeitado pela sociedade não indígena em termos de como ele é e de onde veio, mas não deixando o conhecimento ocidental, pois estamos inseridos em uma sociedade capitalista, competitiva e temos que preparar a criança para o mundo fora da aldeia. Sara se sente honrada pela conquista de seus professores indígenas estarem todos concursados, facilitando o trabalho escolar com número suficiente para atender a demanda.

A partir desta análise no trabalho de educação escolar indígena e a valorização da cultura do povo Kaingang, percebe-se que a sociedade indígena vem ao longo do tempo se

modificando em relação ao modo de vida devido ao convívio com o não índio, mas carregando consigo sua identidade cultural. São os professores e nossos velhos sábios que fortalecem a cultura tradicional na sala de aula ou no convívio familiar. É nos afazeres das mães que a criança aprende na convivência e experiência na comunidade.

Figura 17 - Sara Karigká Cristiane Sales

Fotografia: Cleci Claudino (2014).

Por sua vez, Vitalina dos Santos, com 53 anos de idade e oito filhos, professora aposentada da mesma Escola E.I.E.F. Cacique Anastácio Fongue, conta que com 15 anos de idade iniciou seus estudos realizando uma prova na língua kaingang em Guarapuava/Paraná. Foi selecionada e veio para a Terra Indígena Guarita para estudar, sendo que a educação no passado era trabalhada somente por professores não índios, com o objetivo de alfabetizar na língua portuguesa. Essa educação, como em todo o Brasil, era exercida como uma ideologia de "dominação e civilização" dos índios que buscava a integração destes com a sociedade nacional, bem como a dizimação e ocupação de suas terras.

O projeto Missionários na Terra Indígena Guarita foi criado pelo Pastor Norberto Schwantes, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, que buscava recursos junto

a esta com sede na Alemanha. Foi instalado na aldeia Missão, hoje KM10, em finais da década de 1950, tendo como prioridade Educação, Religião, Agricultura e Saúde. O projeto de Educação iniciado em 1963, com a fundação da Escola de Aplicação Marechal Cândido Rondon, pretendia formar professores, mas como ninguém sabia ler ou escrever foi criado primeiramente um curso de alfabetização em Português e Kaingang, que mais tarde formou monitores bilíngues. Pela primeira vez em toda a história do Brasil, no ano de 1967 cria-se uma escola normal indígena paralela à escola primária, objetivando a formação de jovens indígenas para alfabetizar e instruir na língua materna. A Escola Clara Camarão passou a funcionar em 1976 na aldeia Km10, tendo o nome de Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão.

Vitalina dos Santos estudou na 3ª turma durante quatro anos nesse Centro de Treinamento. O internato era dividido em masculino e feminino e vinham alunos do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Passado este tempo, Vitalina dos Santos se formou e voltou para a sua T.I. no Paraná. Com a falta de professores foi convidada a trabalhar na T.I. Guarita, comunidade de São João do Irapuá, como professora do município. Assim permaneceu durante nove anos e em 1998 passou para a rede do Estado, se casou com uma pessoa de Guarita e ficou morando aqui até hoje. Aposentou-se em 2014 e continua trabalhando. Em todos os anos de trabalho dedicou-se à Língua Kaingang. Vitalina ainda salienta que "antigamente era melhor de trabalhar e ensinar a língua kaingang. Os alunos se interessavam mais, eram esforçados. Hoje está mais difícil, só querem aprender o português."

Vitalina passa muitos conhecimentos e experiências culturais para seus alunos e filhos. Relata um dos conhecimentos que adquiriu ao longo de sua vida. Falando de sua *má* (sogra), que tinha sete irmãs, a mais velha chamada Felícia lhe contava que o *Kujá* levava as pessoas para a beira do rio onde pegava água da correnteza com uma gamela e ali fazia os remédios para as pessoas se banharem. Felícia lhe contava também que a lama da cabeceira do rio era sagrada, pois usavam como remédios para os corpos.

Figura 18 - Vitalina dos Santos

Fotografia: Cleci Claudino (2014).

3.3 Lideranças políticas e religiosas

Segundo a Kaingang Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacódsen (2010, p.26), no seu trabalho de conclusão de curso, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 muitas reivindicações do movimento indígena foram acatadas. Com o surgimento da nova ordem constitucional houve o rompimento definitivo com a ideologia integracionista dos povos indígenas, assegurando-se a estes o direito de manterem seus costumes e identidade cultural, conforme previsto no artigo 231 da Constituição:

"Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, e proteger e fazer respeitar todos os seus bens." (Constituição Federal, 1988).

A década de 1990 vem marcada com a abertura de espaços anteriormente apenas dos homens. Um exemplo foi a presença de mulheres indígenas na ECO/RIO 92, encontro mundial para discutir propostas para o meio ambiente. Nesse encontro, conforme relato de Andila Kaingang, as mulheres indígenas se faziam presentes, de todos os povos, inclusive ela,

representando os Kaingang (JACODSEN, 2010, p. 26). Andila Kaingang é, em realidade, como é conhecida Andila Inácio Belfort, professora bilíngue formada na primeira turma de professores indígenas bilíngues no Centro de Treinamento Profissional Clara Camarão.

Desde o passado até hoje muitas mulheres indígenas vem lutando pelos direitos de seu povo, a exemplo do povo Guarani da Aldeia Gengibre, localizada na T.I. Guarita, onde uma mulher - dona Tereza Fernandes - trabalha como cacica, como já foi mencionado anteriormente. E há outras mulheres Guarani que desempenham a função de chefia em aldeia, como é o caso de minha colega de curso Eunice Antunes, cacica da T.I. Morro dos Cavalos (Palhoça/SC).

As lutas pelas terras sempre foram e ainda são levadas adiante pelos povos originários. Várias mulheres guerreiras estiveram à frente deste trabalho, como dona Ana Fen'nó (Kaingang da T.I. Toldo Chimbangue/SC), que lutou pelos direitos territoriais, falecida em março de 2014. Seu genro, Angelin Gandão, com 66 anos, outro incansável guerreiro na luta pela terra, faleceu um dia após, em 07/03/2014. No dia 25/03/2014 o curso Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica organizou uma Atividade Acadêmico-Científico-Cultural (AACC) na UFSC em homenagem à guerreira Ana Fen'nó, evento do qual participaram filha e netos. Na oportunidade foram também apresentados: a) o documentário "Fen'Nó – Tributo a Uma Guerreira", de 2000, no qual sua história foi retratada pelo cineasta paulista Penna Filho e b) o texto intitulado "Fen'Nó, uma guerreira. Uma mulher, uma história, uma lenda", escrito pelo historiador Clovis Bringhenti, no qual descreve a luta pela terra do Toldo Chimbangue (Anexo 02).

> Nome e alma de pássaro, Fen'Nó, voou para outros ares para fazer novas lutas. O sentimento não é de perda, ao contrário, é de agradecimento e de gratidão. Ao conceber a morte como uma passagem, Ana da Luz Fortes do Nascimento se transformou numa lenda na história indígena do oeste catarinense. Depois de 110 anos intensamente vividos, seu tempo na terra findou, mas seu legado ficará para sempre registrado na memória dos Kaingang.

Para os Kaingang, Dona Ana se tornou exemplar e referencial na luta pelos direitos territoriais do seu povo. As conquistas avançaram, não há dúvida, porém há ainda muito por ser feito e as mulheres desempenham papéis fundamentais nessa caminhada.

3.4 Opressão e violência feminina

No Brasil e no mundo vemos uma situação de grande preocupação para as mulheres indígenas. A citação abaixo mostra os vários tipos de violência que enfrentamos no dia-a dia desde o passado, como mostra o Relatório Figueiredo, de 1968 (Anexo 03). Estamos nos adaptando à realidade da sociedade envolvente e ao mesmo tempo lutamos para manter vivas as nossas tradições, costumes e valores. Há uma grande mudança nos últimos anos e nós, mulheres, estamos buscando nossos direitos políticos e nossos espaços na sociedade. Mas há grandes problemas.

> Segundo relatório da ONU, divulgado em 2010, uma em cada três índias é estuprada durante a vida. Isso deixa claro que as mulheres indígenas são mais vulneráveis a violência do que as demais. Numa sociedade patriarcal, que já coloca as mulheres em situação de desigualdade, o que dizer das mulheres indígenas que historicamente foram violentadas e massacradas pelos invasores? As mulheres indígenas são as mais gravemente afetadas pelo modelo de desenvolvimento econômico imposto no Brasil. São elas que sofrem de forma mais contundente os impactos provocados sobre o meio ambiente. Quando os indígenas perdem acesso aos recursos ambientais que garantem sua segurança e soberania alimentar, são as mulheres as mais penalizadas, pois geralmente são elas as responsáveis por cuidar da alimentação. Essa é uma característica comum a muitas comunidades tradicionais. Também são elas as mais impactadas pelas grandes obras que perturbam o modo de vida de suas comunidades. Com o inchaço das cidades próximas, o modo de vida e os costumes dos povos passam a ser profundamente impactados e isso acaba recaindo de modo violento sobre as mulheres. (http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf)

Sobre isso, organizações de mulheres indígenas já cobram medidas há bastante tempo. Como exemplo, temos dois trechos retirados de um requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara dos Deputados[14]:

> Nós, mulheres indígenas, temos sido as principais vítimas das bebidas alcóolicas; somos agredidas, abusadas sexualmente, e vivemos sob ameaça das consequências da bebida alcoólica. Nossas comunidades já escreveram inúmeras cartas pedindo providências para a retirada dos bares que comercializam bebidas no interior das aldeias indígenas, mas até o momento não temos resultados em nossos pedidos. É a nossa vida que está em questão, e não podemos calar, mas cobrar. (Mulheres, 2006)
>
> Cresce a violência contra os povos indígenas e suas lideranças. Neste cenário, destaca-se a grande vulnerabilidade, pelas várias formas de violência que as mulheres e as crianças indígenas sofrem: física, moral, psicológica, entre outras (Assembleia, 2007).

E na internet continuamos a encontrar informações que trazem grande aflição:

> Elas também são as maiores vítimas nos conflitos e massacres sofridos pelos povos indígenas, pois muitas vezes os agressores usam o estupro como arma de "desmoralização" desses povos. Além disso, também sofrem com a perda dos filhos

[14] Requerimento sem número, da Deputada Liliam Sá (PSD/RJ), de 12.03.13, que não oferece as referências de Mulheres, 2006 e de Assembleia, 2007, afirmando que são trechos de documentos publicados pelas mulheres indígenas de Roraima.

> e maridos perseguidos por posseiros, etc. É expressiva – embora nem sempre receba a devida visibilidade – a participação das mulheres indígenas nos movimentos e lutas pelo direito à terra e por isso são também frequentemente alvo de ataques. No entanto, tem como objetivo lembrar que essas mulheres existem e sofrem de forma ainda mais impactante as violações de direitos, que estão se organizando cada vez mais no sentido de lutar pelos seus direitos e que suas pautas precisam sair da invisibilidade. Acredito que a diversidade, a pluralidade, e interculturalidade sejam premissas para pensar políticas de igualdade de gênero e que esta seja uma pauta fundamental trabalhada pelos movimentos feministas.(mulheres indígenas-violência, opressão) Segundo relatório da ONU, divulgado em 2010. (http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf)

Ressalto aqui que nesse contexto de opressão feminina é possível verificar que historicamente o trabalho das mulheres era menos valorizado do que o dos homens por suas especificidades, por elas serem mães, esposas. No relatório de Jader Figueiredo, conhecido como Relatório Figueiredo (1968), no passado as mulheres eram duramente torturadas e obrigadas a trabalhar já um dia após o parto, o que mostra uma situação muito desumana.

Hoje a realidade é diferente e está repleta de situações exemplares, como verifiquei em minhas pesquisas, nas quais nossos direitos e capacidades, nossas conquistas são iguais ao masculino. Nós mulheres estamos fortes, cada uma em seu contexto de vida e trabalho. Dona Brasília Freitas, de 65 anos de idade, da Aldeia de Três Soitas, T.I Guarita, foi candidata a vereadora no município de Tenente Portela em 2002. Hoje trabalha na empresa Cooper Familiar. Iniciou seu trabalho como faxineira, conquistou seu espaço e hoje exerce seu papel como uma das componentes na fiscalização de projetos. Dizia dona Brasília:

> Nós mulheres temos que unir nossas forças e ideias para montar um grupo de mulheres, umas da educação, saúde e as donas de casa para fazer projeto de sustentabilidade e apresentar ao cacique. Nós temos direito e condições. Eu tenho 14 diplomas de curso que fiz, tudo para aprender como fazer as sementes crioulas, hortas, tudo relacionado a agricultura.

E há vários outros exemplos de mulheres que conquistaram seus espaços, como na saúde (Enfermeiras, Agentes de Saúde, ACD Auxiliar de Consultório Dentário) e Professoras.

3.5 A importância da identidade cultural por meio do uso da língua materna

A política integracionista incentivou o abandono da língua indígena Kaingang, através do casamento com o não índio, afetou a fluência da língua materna, valores culturais e crenças tradicionais. Hoje muitas mulheres da T.I. Guarita se preocupam com o casamento de seus filhos, aconselhando os mesmos para fazer a escolha dentro da etnia indígena Kaingang.

A tradição oral kaingang é muito importante, os velhos sábios contam a história de sua vida e de seu povo. As famílias e nelas as avós, tias, irmãs com quem as crianças vivem no seu dia-a-dia, o aprendizado, tudo é relacionado à oralidade. Para que a língua portuguesa se tornasse a língua de maior poder linguístico e a língua oficial do país, foi preciso que ela lutasse contra as línguas indígenas, numa guerra linguística que começou há muitos anos e que continua até hoje. Quando os portugueses chegaram ao Brasil havia de 6 a 10 milhões de índios e aproximadamente 1.300 línguas indígenas. Hoje a população indígena no país está registrada em 896.900 pessoas, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, tendo restado, como se sabe, apenas cerca de 200 línguas nativas.

Em minhas pesquisas e nas rodas de conversas com mulheres da T.I. Guarita constatei que há muitas preocupações por parte das mesmas em relação à língua kaingang, pois muitas crianças estão em constante contato com o não índio, na venda de artesanatos, e há os que estudam fora da aldeia. No dia 10/10/2014 na Escola E.I.E.F. Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro realizou-se uma reunião com a comunidade escolar para a construção do PPP - Plano Político Pedagógico. Fizeram-se perguntas para as mães e solicitou-se que falassem quais eram seus pensamentos em relação à cultura dentro dos conteúdos trabalhados nas aulas. As mães e avós com as quais foi dialogado se manifestaram dizendo que em casa falam na língua kaingang com seus filhos e netos, então elas pediram que a escola continue o uso e que seja um espaço onde se valorize a língua kaingang, sendo que o professor deve buscar conhecimento com conversas sobre os fatos do dia-a-dia do aluno contando *ó* (histórias), repassando cantos e tendo diálogos com as crianças.

Izondina Claudino orienta sua neta Tauani de que mesmo obrigada a estudar a maioria dos conteúdos em língua portuguesa, deve valorizar a língua kaingang. Izondina disse: "... para que quando nós velhos não estivermos mais aqui vocês é que devem ensinar os filhos."

.

Figura 19 - Izondina Claudino com sua neta Tauani Kielen Kapri Claudino Mello

Fotografia: Cleci Claudino (2014).

CONCLUSÃO

A partir de minha análise sobre os papéis das mulheres Kaingang novas e outras mais velhas em pesquisas e trabalhos de campo, rodas de conversas, bibliografia, Internet e meus próprios conhecimentos, concluo que as mulheres estão mais fortes, tanto as mais novas quanto as mais velhas. Percebo que o conhecimento tradicional está presente na atualidade em vários espaços das comunidades: em casa, na escola, na saúde, nas roças, nas reuniões etc. E não são só as mulheres mais velhas, mas as jovens também possuem muitos conhecimentos.

No ano de 2013 vivi uma significativa experiência na Escola E.I.E.F Gomercindo Jẽtẽ Tenh Ribeiro, onde trabalho, durante a semana do Dia do Índio, 19 de abril, quando acontecem atividades e programações nas escolas indígenas. Foram realizadas exposições culturais e minha turma se deslocou para as roças e a beira da mata com o objetivo de colher ervas medicinais. Fiquei surpresa, pois verifiquei que as crianças entre 8 a 13 anos possuem muitos conhecimentos sobre a medicina indígena Kaingang, contavam como se faziam os remédios e para que tipo de doenças serviam. Os conhecimentos transitam nas gerações, entre as crianças, as mães, as avós, as bisavós. Às mulheres cabe educar e elas estão fortes desempenhando seu papel social na T.I. Guarita.

Hoje, com o ensino superior e minhas pesquisas para os Trabalhos Tempo Comunidade, para os Estágios, para as disciplinas em geral, para o PIBID Diversidade e para o TCC, posso ressaltar, com registros e dados, a força das mulheres Kaingang da T.I. Guarita na cultura do povo Kaingang. Percebo que várias questões sobre as mulheres não foram abordadas em meu trabalho de conclusão de curso, mas meus objetivos planejados foram alcançados, pois já tinha experiências próprias e as mulheres escolhidas colaboraram para que este trabalho fosse concluído.

BIBLIOGRAFIA

ARTESANATO Indígena Kaingang e Guarani – **Guia do Professor** (vários autores). São Leopoldo: COMIN e Oikos, 2011.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes; AMOROSO, Marta Rosa; SEVCENKO, Nicolau; PICCOLI, Valéria**. Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII.** São Paulo; BNP Paribas, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Fen'nó, uma guerreira, uma mulher, uma história, uma lenda.** Texto. Fev. 2014.

BENTO, Derli e EMILIO, Solange. **Ritual da viúva Kaingang**. (Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/CFH). UFSC, Florianópolis, 2014.

ELTZ, Diego Duarte. **Corporalidades Kanhgág: As relações de Pessoa e Corpo no Tempo e Espaço Kanhgág**. (Dissertação em Antropologia Social). UFRGS, Porto Alegre, 2011.

GIBRAM, Paola Andrade. **Políticas, Parentesco e outras Histórias Kaingang: uma Etnografia em Penkár**. (Dissertação em Antropologia Social). UFSC, Florianópolis, 2004.

JACODSEN, Joziléia Daniza Jagso Inácio. **A Conquista de Espaço Social e Político pelas Mulheres Kaingáng.** (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia). Unochapecó, Chapecó, 2010.

LUCKMANN, Sandro; FALCADE, Noeli T. (orgs.). **Gufã ag kajró: Ti ẽg kajrãn-ja kãjatun ge tu ẽg nĩ.** São Leopoldo: MDA; COMIN, 2008.

NÖTZOLD, Ana Lúcia V. **O ciclo de vida Kaingáng.** Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

PÖRSCH, Juliano**. Saberes da natureza e conhecimento etnobotânico indígena**: O caso da comunidade Kaingang na terra indígena do Guarita. (Trabalho de Conclusão de Curso em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2011.

SACCHI, Angela Célia. **Antropologia de Gênero e Etnologia Kaingang: uma introdução ao estudo de gênero na Área Indígena Mangueirinha**/PR. (Dissertação em Antropologia Social). UFSC, Florianópolis, 1999.

----------. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. Revista AntHropológicas, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110, 2003.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e Práticas Rituais Kaingang**. (Tese de Doutorado em Antropologia). UNICAMP, Campinas, 2000.

Mulheres Kaingang que colaboraram para a pesquisa de TCC:

Brasília Freitas - 65 anos
Conceição Ferreira - 87 anos (falecida)
Eva Crespo - 95 anos (falecida)
Iracema Bento - 62 anos
Iraci Carvalho da Luz - 55 anos
Izondina Claudino - 95 anos
Maria Rẽgso Mineiro- 62 anos
Marina Mineiro - 56 anos
Sara Karigká Cristiane Sales - 31 anos
Solange Emílio - 29 anos
Sueli Jacinto Claudino Rá Téj - 54 anos
Tere Claudino - 38 anos
Vicentina Sales - 104 anos (falecida)
Vitalina dos Santos - 53 anos

Páginas eletrônicas:

pt.wikipedia.org
www.inesc.org.br
www.mayroses.wordpress.com
www.portalkaingang.org
www.revistaforum.com.br

ANEXOS

Anexo 01

11/10/2007

Terceiro Encontro Intersetorial entre Mulheres Indígenas Kaingang

Atividades de “Revitalização de Saberes” na T.I. Guarita

No salão comunitário da aldeia Missão (Terra Indígena Guarita - Redentora/ RS), em quinze de agosto passado, realizou-se o terceiro encontro de mulheres kaingang, sob o tema “Revitalização de Saberes Tradicionais”. Participaram do encontro 75 mulheres e docentes kaingang das aldeias Pau Escrito, Bananeira e Missão, e avós provenientes de outras localidades da T.I. Guarita, que receberam visitas domiciliares e colaboraram com seus saberes a comunidade indígena. Também esteve presente o representante do MDA/PPIGRE, Sr. André Luis Oliveira de Araújo (Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário).

O encontro integra as ações em prol da revitalização de saberes no uso e manejo de plantas medicinais e nutricionais tradicionais kaingang na T.I. Guarita, sob o apoio institucional do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PPIGRE/MDA). As atividades se realizam desde janeiro do corrente ano, em três aldeias kaingang: Bananeira, Pau Escrito e Missão, estabelecidos no plano de trabalho da equipe COMIN-Guarita, sob a coordenação de Noeli T. Falcade e Sandro Luckmann, e a execução de três monitoras kaingang Carlinda Sales, Ilda Crespo e Zoraide Sales.

A recepção do encontro aconteceu em clima festivo e de entusiasmo. Momento de aproximação e reencontro entre parentes, que mesmo morando na mesma terra indígena, há tempos estavam sem contato. Após a acolhida as visitantes, a monitora Ilda Crespo (monitora da Missão) deu início ao encontro saudando e agradecendo a todas pela presença. Em seguida as participantes receberam as felicitações das monitoras Zoraide Sales e Carlina Sales. As três

monitoras fizeram explanações do andamento dos trabalhos e ressaltaram a participação e os conhecimentos tradicionais das avós como indispensável na orientação, promoção e complementação no cuidado com a saúde da família. As avós que participavam pela primeira vez, trouxeram ervas medicinais e nutricionais de seu uso e domínio. As participantes fizeram o reconhecimento das mesmas e ouviram o relato das avós sobre o seu cuidado, preparo e uso, como remédio curativo e preventivo, ou o valor nutricional, ou prática terapêuticas para auxiliar na vida conjugal, refortalecimento da saúde ("ficar forte", na expressão das participantes).

Com a realização dos encontros (já foram realizados encontros em Pau Escrito e Bananeira) percebe-se o despertar da expectativa e a curiosidade das mulheres mais jovens em relação aos saberes das avós. Evidenciado momentos em que as avós explanam a respeito das ervas, muitas participantes se aproximam, tocam e cheiram as ervas, realizando comentários paralelos com as vizinhas sobre o assunto, às vezes sendo motivo de risos e apoderamento do conhecimento socializado. Desperta o interesse das participantes os comentários e orientações das avós sobre "doenças brabas" ou "doenças dos brancos", todas ficam atentas e receptivas às práticas terapêuticas apresentadas, visto que alguns indígenas não procuram o tratamento médico para estes casos.
Após o almoço de confraternização, desenvolveram-se atividades coordenadas por docentes kaingang Juraci Emílio e Natalino Góg Crespo. O tema proposto as participantes tratou de questões espirituais e religiosas no manejo e uso das plantas medicinais. O tema abordado evidenciou a religião ancestral kaingang e as distinções com a prática multi-religiosa presente entre os kaingang. Também se comentou sobre a prática do atendimento na Unidade Básica de Saúde (posto de saúde). O debate deu-se com sensibilidade e sinceridade entre as participantes, na tentativa de reconhecer e analisar a razão de algumas situações atuais da sociedade kaingang. Citam-se como exemplo, duas falas:

- há muita separação e briga entre os casais, pois não se tem respeitado os costumes e a tradição das metades tribais (kamé e kairukré). Esse costume está passando despercebido pelos jovens e causado uma perda da identidade e base da organização kaingang;

- quando alguém fica doente, procura o postinho de saúde e o médico, mas não se recupera; procura, então, ir à igreja (pentecostal), ora com o pastor, mas não fica boa; procura, ainda, tomar os chás e fazer as curas tradicionais, mas também não fica boa/forte novamente. Isso acontece porque essa pessoa não crê em nada. Os kaingang precisam acreditar (ter fé) naquilo que vai fazê-los um povo forte, com identidade.

As falas e o tema deverão ser retomados na realização do Encontro Geral de "Revitalização dos Conhecimentos Tradicionais", previsto para o dia 31 de outubro corrente, na sede do cacicado da T.I. Guarita (Aldeia Km 10). E, também, na confecção de material paradidáticos.

Nesse sentido, a participação dos docentes kaingang nos encontros realizados visa à confecção de um material paradidático destinado aos estudantes kaingang. O material terá como base os relatos proferidos nos encontros e de entrevistas com pessoas idosas e parteiras da T.I. Guarita. Após o encontro realizado na aldeia Missão, três docentes tem se reunido, com apoio das monitoras kaingang e da equipe do COMIN, para confeccionar o material. No momento, debate-se sobre o conteúdo do material e o público alvo para elaboração, bem como se será bilíngüe (kaingang e português) ou tão somente monolíngüe (kaingang). Há uma preocupação na equipe, quanto à preservação dos conhecimentos de domínio tradicional, não serem utilizado como fonte à biopirataria. O objetivo é publicar o material para o início do ano letivo de 2008.

Para saber sobre os demais encontros sobre revitalização de saberes tradicionais, visite: http://www.comin.org.br/noticia

Fonte: Noeli T. Falcade e Sandro Luckmann.

Anexo 02

Fen'nó, uma guerreira

Uma mulher, uma história, uma lenda

Clovis Antonio Brighenti
Membro do Cimi Sul, LII UFSC e Prof. na Unila

Fen'nó, nome Kaingang. Ana da Luz Fortes do Nascimento a chamaram os fóg (não indígena) quando foi lavrado seu registro de nascimento, já mocinha, em 18 de janeiro de 1917 na paróquia de Palmas/PR, época em que o oeste catarinense ainda pertencia a freguesia de Palmas. Nascida nos primórdios do século XX, quando o Toldo Chimbangue era habitado apenas pelos Kaingang; quando ainda tinha fartura de pinhão e o milho crescia sem adubo; quando as águas do rio Irani eram límpidas e os peixes eram fartos. Fen'Nó lembrava que no Toldo Chimbangue *era um taquaral só, um erval, arodiava aqui por baixo. Taquaral! Taquara dessa grossura! Agora não tem nem pra fazer a peneira. Liquidaram tudo. Nosso remédio, o remédio do índio lavraram tudo, plantaram*. Dizia que os fóg eram iguais a inço, ervas daninha que destruíram toda mata.

Forte(s) não era apenas um nome, era também sua qualidade, sua virtude. Jamais deixou sua terra de nascimento nas margens do Irani, mesmo quando o SPI fez acordo com o governo do estado de Santa Catarina para "limpar" o Toldo Chimbangue e transferir as famílias para a Terra Indígena Xapecó em 1954, Fen'Nó se recusou a sair. Ficou sem assistência e proteção do Estado, mas manteve a raiz na terra natal. Mais tarde, em 1972 quando a colonizadora Luce & Rosa e Cia Ltda vendeu os últimos 100 hectares em que se encontrava a comunidade Kaingang ela se recusou a abandonar o local. Foi nesse momento que iniciou a luta que resultou na conquista da terra, 988 ha em 1985 e mais 975 ha em 2006. Fiel a tradição Kaingang nunca abandonou o local onde está enterrado seu umbigo, agora não só seu umbigo mas todo o corpo.

Foi o "tronco velho" na luta pela terra. Liderou a mais intensa batalha pela posse da terra em plena ditadura militar. A luta pelo Toldo Chimbangue transformou-se num conflito que dividiu o país entre os que apoiavam os Kaingang e os que apoiavam os fóg. Marcou época e abriu caminhos. Foi a primeira terra no Brasil devolvida aos indígenas depois de ter sido toda ela escriturada em nome de terceiros. Pessoas com mentes iluminadas como Dona Ana defendiam também a indenização e reassentamento aos agricultores. O medo da elite brasileira não era com a desapropriação das 100 famílias de fóg que lá viviam, mas era abrir precedentes para que os povos indígenas recuperassem todas as terras roubadas, grande parte

delas nas mãos do latifúndio, era o medo de ser desmentida pela história e condenada pela memória. Fen'Nó não teve medo. Também não vacilou. Ficou meses em Brasília, ora acampada na Explanada, ora nos Ministérios e na Funai. Percorreu o sul do Brasil em busca de apoio da sociedade regional e dos parentes indígenas. Manteve a comunidade unida e coesa. A ação em torno da recuperação do Toldo Chimbangue influenciou também a mudança na Constituição Federal de 1988, especialmente o Art. 231.

Contava com o apoio incondicional de Dom José Gomes, bispo de Chapecó, a quem recordava com muito carinho: ele vinha aqui tomar chimarrão. Eu ia lá também tomar chimarrão com ele. Ele vinha nas nossas festas, participava de nossos 'banquetes dos inocentes', ele vinha almoça na mesa. Depois ele ficou doente..., sentimos muita falta dele!

Foi esteio na manutenção da tradição, cultura e língua Kaingang. Conhecia os desafios de transmitir os conhecimentos aos jovens, afinal foram longos anos de comunidade esfacelada, sem condições de viver as tradições. Lamentava que parte das novas gerações já não queriam escutá-la, não conseguiam compreender. Agora o que tem por ai é tudo novo. Tudo é novo! Não compreendem. Tá assim! Os novos não compreendem. Compreendem na aula, na escola. Meu sistema é outro, é! Meu sistema é outro!

No Dia Internacional da Mulher de 1999, Fen'Nó foi homenageada na Câmara Municipal de Chapecó que reconheceu-a como pessoa que ajudou a construir a historia do município. Justamente reconheceram-na como multiplicadora de luta pela terra e raiz da esperança.

Ao partir, dona Ana levou consigo seu genro, Angelin Gandão, 66 anos, outro incansável guerreiro na luta pela terra, falecido um dia após Fen'Nó (07 de março).

Nome e alma de pássaro, Fen'Nó, voou para outros ares para fazer novas lutas. O sentimento não é de perda, ao contrário, é de agradecimento e de gratidão. Ao conceber a morte como uma passagem, Ana da Luz Fortes do Nascimento se transformou numa lenda na história indígena do oeste catarinense. Depois de 110 anos intensamente vividos seu tempo na terra findou, mas seu legado ficará para sempre registrado na memória dos Kaingang.

Fevereiro de 2014.

Anexo 03

Página do documento: Relatório Figueiredo (1968), de Jader Figueiredo.

4914

MINISTERIO DO INTERIOR

4.

Houve Postos em que as parturientes eram mandadas para o trabalho dos roçados em dia após o parto, proibindo-se de conduzirem consigo o recém nascido. O tratamento é, sem dúvida, muito mais brutal do que o dispensado aos animais, cujas fêmeas sempre conduzem as crias nos primeiros tempos.

Por outro lado, a legislação que proíbe a conjunção carnal de brancos com índios já não era obedecida e dezenas de jovens "caboclas" forma infelicitadas por funcionários, algumas delas dentro da própria repartição.

Mas não paravam aí os crimes contra os indefesos indígenas.

O trabalho escravo não era a única forma de exploração. Muito adotada também era a usurpação do produto do trabalho. Os roçados laboriosamente cultivados, eram sumàriamente arrebatados do miserável sem pagamento de indenização ou satisfação prestada.

Tudo- repetimos sempre- como se o índio fôsse um irracional, classificado muito abaixo dos animais de trabalho,aos quais se presta, no interêsse da produção, certa assistência e farta alimentação.

A crueldade para com o indígena só era suplantada pela ganância. No primeiro caso nem todos incorreram nos delitos de maus tratos aos índios, mas raros escaparam dos crimes de desvio, e apropriação ou de dilapidação do patrimônio indígena.

Não se pode avaliar o prejuízo causado ao SPI e aos indígenas diretamente durante tantos anos de orgia admiministrativa. Não temos capacidade para estimá-lo, mesmo por alto, devido às circunstâncias favoráveis em que os autores o acasionaram.

O SPI abrange cêrca de 130 Postos Indígenas, disseminados em 18 unidades da Federação, o que vale dizer que se estende pelo interior de todo o Brasil, excetuando os pequenos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Sergipe.

Durante cêrca de 20 anos a corrupção campeou no Serviço sem que fôssem feitas inspeções e tomadas medidas saneadoras.

Tal era o regime de impunidade, que a Comissão ouviu dizer no Ministério da Agricultura, ao qual era subordinado o SPI, que cêrca de 150 inquéritos ali foram instaurados sem jamais resultar em demissão de qualquer culpado.

Contando com a boa vontade dos diversos setores da admi

M. I. - 44 - 204